



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1020/05	DATA: 6/7/2005
INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 13h20min	DURAÇÃO: 02h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h49min	PÁGINAS: 64	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Diretora do DITEC da Gerência do IBAMA em Belém, Estado do Pará
MANOEL MESSIAS A. SILVA – Prestador de serviços para madeireiras no Estado do Pará

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Texto *ipsis verbis*. Há intervenções não registradas porque inaudíveis. A reunião de audiência pública foi suspensa, a fim de ter início reunião de caráter reservado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Declaro aberta a 32ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 31ª reunião. Por sugestão dos Srs. Parlamentares, eu dispenso a leitura da referida ata.

Em discussão.

Não havendo ninguém que queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Ordem do Dia.

Em virtude da aprovação de requerimento, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para a oitiva das seguintes testemunhas: Sra. Najja Maria Santos Guimarães, Sr. Manoel Messias A. Silva e Sr. Paulo Müller. Segundo fui informado agora pela assessoria, houve problema no vôo do Sr. Paulo Müller, e ele não vai estar presente nesta reunião. Virá, portanto, na próxima.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido a Sra. Najja Maria Santos Guimarães a tomar assento à Mesa.

Solicito às demais testemunhas que se encaminhem à Secretaria da CPI aguardando o momento de seu depoimento. *(Pausa.)*

Solicito à Sra. Najja Maria Santos Guimarães que preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Faça, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas culminadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra a Sra. Najja Maria dos Santos Guimarães, que terá, se assim desejar, por até 20 minutos, o uso da palavra.

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES - Eu não tenho nada a falar; apenas me limito a responder o que me for perguntado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Tendo declinado do tempo regimental, nós passaremos imediatamente às perguntas.

Por que o IBAMA de Altamira, a partir de 18/08/2003, não mais liberou solicitações de desmate para produtores rurais que não tivessem o aval da AMMAPA?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu desconheço isso. A minha função como funcionária do IBAMA, que desenvolvo dentro do órgão... Eu fui convocada para participar de análise em processos encaminhados pelo INCRA, analisados jurídica e... Fui participar da análise técnica dentro do órgão IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Durante a greve do IBAMA, em 2003, no período em que V.Sa. estava em Altamira, onde V.Sa. trabalhou?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu trabalhei numa sala colocada à disposição pelo INCRA ao IBAMA. Considerando-se que o IBAMA estava em período de greve, e para evitar animosidade dos colegas, porque eu também sou servidora daquela casa, ficamos no INCRA para evitar causar qualquer constrangimento aos colegas da casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – V.Sa. trabalhou nas dependências do INCRA durante a greve do IBAMA?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Trabalhei por um período de... A minha viagem, ela foi dos dias 20/10/2004 a 13/11/2004. Durante esse período, eu participei, como qualquer um dos outros colegas contratados pelo PNUD, analisando os processos apresentados pelo INCRA ao IBAMA, fazendo análise técnica desses processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Como foi o processo de escolha para a senhora ir fazer esse trabalho em Altamira? Foi escolhida pessoalmente?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Bom, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Teve vários ou todos os que estivessem na...

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Não. Eu sou DAS. E como é do conhecimento, um DAS não pode se dar ao luxo de participar, junto com os demais colegas que não desempenham essa função, de uma greve, não é? Então, a gente tem que estar à disposição do órgão permanentemente. E como eu



sou engenheira florestal e entendo da análise desse projetos, no mês anterior, eu tinha recebido — não só eu, mas os demais técnicos da divisão técnica —, tínhamos recebido um treinamento de um técnico que teria ido de Brasília a Belém para orientar no preenchimento dos formulários do nosso sistema de banco de dados, o SISPRO. Então, como eu tinha recebido todo esse treinamento — e as pessoas que estavam fazendo a análise desse projeto eram pessoas contratadas pelo IBAMA, através do PNUD —, e como eu, sendo da casa e tendo a capacitação, além da formação, também, pelo treinamento, que não só eu mas que esses técnicos também receberam, eu fui participar como analista — e também avaliando se os colegas estavam cumprindo exatamente conforme a orientação que nós havíamos recebido, conforme o treinamento que nós havíamos recebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. poderia nos informar, sabe alguma coisa a respeito do papel da HB Lima no Plano Safra Legal 2004?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu não tenho conhecimento de nenhuma instituição. O meu papel, como falei e repito, foi apenas o de analisar os projetos. Em momento algum eu me senti coagida por qualquer empresário, por qualquer madeireiro, por qualquer instituição; em momento algum, eu passei por esse tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. tomou conhecimento da existência de uma força-tarefa composta por diversos analistas ambientais para a análise dos processos de autorização de desmate na região de Altamira?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu compunha essa força-tarefa. Esse nome nós sempre damos no IBAMA quando a gente tem uma demanda muito grande de trabalho, e que exige uma certa urgência a execução desse trabalho. Então, nós estávamos, durante o mês de outubro,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Só para a gente esclarecer: foi durante a greve?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Durante a greve. A greve do IBAMA, ela se instaurou logo no início do mês de outubro e se prolongou por todo o mês de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E a força-tarefa funcionou em que época?



A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Dia 20 de setembro eu já estava participando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Até quando ela foi?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – Bom, ela continuou até mais ou menos o mês de novembro, final de novembro, início de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Começou no início de setembro?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – É. Em 20 de setembro nós nos deslocamos até Altamira. Eu voltei logo; eu fiquei só esses dias que eu já mencionei anteriormente, mas a equipe continuou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E houve alguma discussão sobre por que é que essa força-tarefa foi constituída em Altamira, e não na gerência de Santarém? Por que é que aconteceu isso? Por questões práticas?

A SRA. NAJJA MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES – É. Porque, talvez até inadequadamente, a gerência daquela região se localiza em Santarém. Porque, na verdade, o ponto mais central é realmente o Município de Altamira, de onde existe mais acesso aos demais Municípios. O Município de Santarém fica um pouco deslocado da maioria dos Municípios. E como a concentração é naquela região, e ainda mais porque a regional do INCRA funciona lá em Altamira, e é a regional que envolve todos aqueles Municípios daquela região, então nós concentramos os trabalhos em Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Bem, só para um esclarecimento, porque é importante...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – E também, só completando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Pois não.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – A questão também é porque o IBAMA, em Santarém, como eu falei antes, estava em greve. Antes de ser legalizada a greve no início de outubro, já estávamos em processo de greve durante o final de setembro — não estava ainda instaurada a greve, mas já estávamos em negociações de greve —, e a gente já tinha a animosidade dos colegas; muitos se recusavam a participar das atividades do órgão, já criando uma certa dificuldade no desenvolvimento das atividades do órgão. Então, como em Altamira nós tivemos a



disponibilidade do Instituto, do INCRA, não é, nos disponibilizando área para trabalhar, então, isso foi mais um motivo também da nossa ida até Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Agora, só para a gente ter uma idéia. Quando, na realidade, foi a data que essa força tarefa foi constituída, segundo o seu conhecimento? Foi começo de setembro, dia 20? Qual foi a data? Essa data é importante para a gente saber.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Essa força-tarefa foi quase que... não foi uma coisa planejada. Nós estávamos na expectativa de todos os colegas participarem normalmente. Mas quando houve aquela pressão de que haveria mesmo a greve e os colegas que chegaram a ser convocados se recusaram, porque não queriam não só participar dessa, mas de nenhuma outra atividade — eles já estavam se recusando a participar —, então, nós fomos obrigados a contar com a colaboração dos contratados do PNUD. Até porque essas pessoas, quando são contratadas, são pagas mediante a sua produtividade; se elas não produzirem, o PNUD não as paga. Então, elas iriam ficar ociosas durante esse período. Por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – A data mesmo que a senhora disse...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Como eu falei, eu me dirigi no dia 20 de setembro para Altamira, junto com a equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E lá já estava alguma equipe trabalhando, alguma força-tarefa? A força tarefa já estava lá antes dessa data?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Já. Dessa força-tarefa já tinha ido uma colega de Santarém, que já vinha contratada também pelo PNUD, que já vinha desenvolvendo esse trabalho em Santarém. Ela teria sido encaminhada pelo gerente de Santarém para já ficar em Altamira. Ela chegou, salvo engano, uns 2 dias antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Está certo. Muito bem. Quero esclarecer, para ficar nos registros, que essas perguntas são do Presidente da Comissão. Estou já aproveitando para esclarecer algumas das possíveis perguntas minhas que têm alguma relação.

V.Sa. tomou conhecimento do Memorando Interno nº 002/2005, assinado pelo analista ambiental Carlos Bicelli?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – V.Sa. participou de algum trabalho de campo visando verificar a existência desses lotes e o potencial madeireiro neles existente?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, não participei, porque a minha atividade, como eu falei, foi apenas análise técnico-documental dos processos. A gente analisava os DIPROs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – E quem era a pessoa encarregada na força-tarefa de fazer esse tipo de verificação em campo?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Nessa força-tarefa não tinha... Esse grupo que estava lá era composto de 4 técnicos daqui de Belém, contratados, mais essa moça que teria vindo de Santarém. Éramos 5, comigo 6 — e mais essa outra funcionária. Ela apenas prestava informações relativas ao INCRA. Nós não estávamos... A nossa competência não era fazer a vistoria de campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Qual é o órgão responsável pelo Documento Informativo da Propriedade — DIPRO?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – V.Sa. sabe como ele é elaborado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Olha, pelo que eu entendo, eles têm toda uma base dos assentados existentes lá nos projetos de assentamento, das áreas que eles ocupam, da situação em que a área se encontra. E a gente acredita no que está escrito no papel. A nossa análise é em cima de documentos apresentados pelo INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. já disse que não tomou conhecimento do relatório do analista ambiental Carlos Bicelli, não é?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Nesse relatório, só para lembrar, todas as amostras de assentamentos que foram por ele fiscalizadas diziam que inexistia madeira a ser extraída. E V.Sa. não viu nada a respeito disso, não soube de nenhuma notícia? O IBAMA não comunicou? Não houve nada que comunicasse essa força tarefa desse relatório?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Olha, esse relatório pode ter sido posterior a essa análise que estávamos realizando, até porque, pela



informação que nos foi dada pela gerência de Santarém, foram liberados 1.189 ADMs. Então, você vê que 1.189 ADMs são 1.189 assentados que foram beneficiados. Então, nós fizemos essa análise em cima de toda a informação constante do papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Mas não houve nenhuma vistoria?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Para isso, não. Porque nós analisávamos em cima do que estava escrito. Inclusive, fazíamos correções. Porque existe uma interpretação dúbia sobre a Medida Provisória nº 2.166. Alguns têm uma interpretação de que as áreas de preservação permanente devem estar incluídas na área de reserva legal. Outros procuradores entendem que essa área deve ser acrescida à reserva legal. Então, todos eles fizeram análise da área livre a ser desmatada, considerando a preservação permanente dentro da reserva legal. Para o nosso sistema de banco de dados, o SISPROF, essa preservação permanente deve ser além da área de reserva legal. Então, com essa nossa correção, nós reduzíamos a área disponível para desmatamento. Além disso, a gente ainda tinha que abater aquelas áreas declaradas como já desmatadas. Aí a gente teria que fazer a solicitação para regularização dessa área. Do saldo, é que era visto se teria ainda 3 para ser liberado ao ano — que é o máximo disponível por ano —, ou, se tivesse mais, passaria para o segundo ano, e se tivesse menos, seria o valor que seria liberado para aquele ano. Então, a nossa análise era exclusivamente em cima do que nos era informado no papel, assim como a correção técnica também era feita em cima dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. tomou conhecimento da existência de adesivos, conforme foi denunciado pela revista *Veja*, que liberariam automaticamente o transporte de madeira ou produtos florestais?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Eu desconheço. Para nós, do IBAMA, o único instrumento que libera o transporte da madeira são as ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Bem, eu creio que essas 2 questões aqui estão prejudicadas. Uma vez que a madeira em toras foi transportada sem ATPFs, apenas com adesivos, como foi ela transportada? A senhora tem conhecimento disso?



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não tenho conhecimento. E, se houve, foi transportada de forma irregular, porque ela deveria ter o documento legal do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Em algum momento, nas análises dos processos, V.Sa. não desconfiou que os lotes de assentamento... ou V.Sa... Ou não foi comentado pela força-tarefa que esses lotes não possuíam mais um potencial madeireiro previsto e que as autorizações de desmate poderiam servir para esquentar a madeira extraída ilegalmente em outros locais?!

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Nós temos aqui um termo formado entre o IBAMA e INCRA e, com base nesse Acordo de Cooperação Técnica nº 10, de 2004, nós acreditávamos em tudo o que nos era apresentado. De maneira alguma. Se a gente tivesse qualquer desconfiança, esse termo de cooperação não teria tido nenhuma validade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Estando presente a 1ª Vice-Presidenta da Comissão — a 3ª Vice-Presidenta que, para mim, é sempre a 1ª, por isso que eu disse 1ª —, vou passar a Presidência à Deputada Perpétua Almeida para que conduza os trabalhos. E ainda faltam algumas perguntas, Presidenta Perpétua.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Passo a palavra ao Deputado-Relator, Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. participou do I Seminário sobre Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu e Pacajá?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Temos aqui, Dra. Najja, uma carta de intenções da Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá, que fala sobre o I Seminário, e fala sobre um relatório. Vou ler o relatório para ficar nos registros: *“Foi realizada, no salão paroquial Padre Josimo, localizado na Rua Santa Luzia, sem número, cidade de Anapu, no dia 16 de agosto de 2003, o I Seminário sobre a Sustentabilidade da Indústria Madeireira de Anapu.”*

V.Sa. localizou? E então?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – É. Porque você mencionou Município de Pacajá. Eu realmente não estive no Município de Pacajá; mas no Município de Anapu estive, sim, no I Seminário, em que não só o IBAMA, mas organizações



não-governamentais, a EMBRAPA, a UFRA, e várias instituições estiveram presentes, na intenção de mostrar a importância de se fazer um trabalho mais técnico dentro daquelas áreas de Anapu, considerando que a indústria madeireira é o grande forte da economia daqueles Municípios. Então, mediante esse fato, é importante que os madeireiros daquela região valorizem aquele patrimônio, que é a sua garantia de vida. A intenção do seminário era essa. Inclusive, como a EMBRAPA e a UFRA, estivemos lá para... não só eles, mas organizações não-governamentais, como INAM, como FASE, como IMAZON e várias outras estiveram presentes também, cada uma ministrando uma palestra.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Essa era a segunda pergunta que iria fazer: quem participou desse seminário, além de representantes do IBAMA?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – A sociedade pública e civil organizada.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. A irmã Dorothy estava presente nesse seminário?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Com certeza. Era ao lado da casa dela.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A senhora se recorda quais foram as manifestações da missionária no seminário?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Pouco falou. Apenas, no final, fez um agradecimento, mostrando que... agradecendo porque agora, finalmente, o pequeno produtor estava sendo valorizado e que ele teria condições, de uma forma legal, de dar maior valor à sua matéria-prima, enquanto antes a coisa acontecia de forma ilegal, em que a madeira, praticamente, não tinha valor nenhum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Uma das propostas de encaminhamento que resultou desse seminário destacava que as autorizações para desmate seriam processadas somente através da AMMAPA. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Olha, o que eu sei da AMMAPA é que, como é previsto inclusive na própria Instrução Normativa nº 3, qualquer organização não-governamental poderá participar da forma... colocando técnicos à disposição dos produtores na questão de mapear a área, de preparar o croqui da área e fazer o levantamento das espécies de ocorrência na área. Isso é previsto na



própria legislação. Até onde eu sei, essa associação dos madeireiros participou nesse sentido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Aqui está no relatório que as autorizações para desmate sejam processadas somente através da AMMAPA, e as declarações de posse, emitidas através do INCRA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu para evitar ilegalidades. Isso foi efetivado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Autorizações para desmate não podem ser feitas por uma organização. Apenas o IBAMA tem essa autoridade de fazê-lo. Eles, como falei, entraram com a participação, mas no lado do produtor, colocando técnicos que faziam o mapeamento, o croqui, pegando pontos de coordenada nos lotes, levantando as espécies de ocorrência nas áreas. E isso era...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A AMMAPA fez isso? A AMMAPA disponibilizou esse serviço?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É. Ela colocava técnicos para participar. Essa informação era prestada ao INCRA, e o INCRA avaliava — não sei —, fazia sua análise lá, e apresentava isso ao IBAMA, através de requerimento, através de DIPRO. Esse DIPRO é que já vinha com resultado desse trabalho técnico desenvolvido.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, essa resolução desse encontro não teve valor nenhum, não foi levado em conta pelo IBAMA, no caso? Porque aqui há uma série de resoluções, não é?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim. O senhor pode, por favor, citar alguma aí, para ver se eu lembro? Está falando desse encontro de Anapu?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Desse encontro.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – O encontro de Anapu foi para — como falei — mostrar o procedimento que o IBAMA e o INCRA teriam no trabalho em parceria, considerando-se o bom resultado acontecido na região de Marabá, onde o IBAMA passou a receber os pedidos de desmatamento não mais de forma individual nas áreas de assentamento, mas através do próprio INCRA, que reunia todos os pedidos para cada área de assentamento, como forma de a gente ter um melhor controle, tanto o INCRA quanto o IBAMA. Essa reunião visou mostrar



que esse procedimento realizado em Marabá seria difundido também para a gerência Santarém.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Esses pedidos de desmatamento foram feitos pelos pequenos proprietários ou suas representações, ou eles foram feitos pela AMMAPA?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Eles eram feitos pelos pequenos produtores do INCRA. E o INCRA reunia os pedidos dos assentados e, aí, encaminhava ao IBAMA para todos os PAs já oficialmente aprovados.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não havia aí nenhuma interferência da AMMAPA?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Se havia, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por último, V.Sa. falou que é do PNUD, não é, contratada do PNUD?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Não sou contratada do PNUD; sou funcionária pública federal do IBAMA. Tenho 25 anos de serviço público.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E tinha um DAS? Não me recordo por que o PNUD entrou...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Como o IBAMA tem uma deficiência muito grande de técnicos, ele contrata durante esse período.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não é o seu caso.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não é o meu caso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Está bem. Por último, V.Sa. é filiada a algum partido político?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado. Sr. Presidente, dou-me por satisfeito com as minhas perguntas, inclusive, já tomei a liberdade de fazer as suas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Nesse caso, agradecemos a participação da depoente.

Convidamos, na seqüência, o Sr. Manoel Messias A. Silva a tomar assento à Mesa.



O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, tenho outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Desculpe, Deputado Coronel Alves. Por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, o técnico Bicelli é lotado em qual gerência?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Santarém, escritório de Altamira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Esse relatório que ele fez, ele fez sozinho ou alguém acompanhou?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele tem interesse em alguma área?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Também não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Bem, porque é o seguinte. Sabe quantas vistorias ele fez?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Desconheço. Só quero ressaltar que nós tivemos 1.189 ADMs, ou seja, 1.189 lotes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou até informar aos demais.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Esses lotes envolvem vários Municípios de toda aquela região ali. Anapu tem apenas 44 ADMs. Nós temos Medicilândia, que tem 267 ADMs. O total de ADMs foi de 1.189. Agora, dessas ADMs, bem poucas receberam a ATPF. Recebi um informativo de Santarém, das 10 áreas vistoriadas, apenas 4 estavam lançadas no SISMADE. É quando apresentam o contrato...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – As 10 áreas vistoriadas pelo Bicelli?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Deve ser, porque está colocado aqui. Quatro estavam lançadas no SISMADE de Altamira, ou seja, aquelas que tiveram contrato. Apenas uma teve ATPF liberadas. Foram, no total, 4 ATPFs.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Vou esperar o Relator terminar para ele ouvir. Vou fazer um comentário que gostaria que V.Exa. ouvisse. O técnico Bicelli fez relatórios de 10 vistorias no Município de Anapu, como disse a senhora agora.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É muita coincidência, não é?



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ora, 10 relatórios no Município de Anapu, dos quais 4 estavam irregulares e só um teve ATPF liberada. Ocorre que ele vistoriou 8 Municípios, não só 1. Ele vistoriou 8 e só fez relatórios de 4, num único Município. Ele não fez sozinho. Junto com ele havia um outro técnico, que o acompanhou.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Só queria rever um pouco; quero só repetir. Das 4 áreas vistoriadas, 4 não eram irregulares; 4 estavam lançadas no SISMAAD.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então havia uma irregular.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, estou dizendo que, das 10 vistoriadas, 4 já estavam lançadas no SISMAAD; os contratos tinham entrado. E apenas uma teve liberação de ATPF, das 4.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É importante dizer que ele deixou de relatar 8 Municípios por ele vistoriados.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não sei. Só sei o que temos aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ele teve o plano de safra do filho dele rejeitado.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Certamente porque não atendeu às exigências da Instrução nº 3.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Era para isso que eu queria chamar a atenção dos pares desta Casa.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – A outra questão, como falei, é que temos muitos Municípios. Anapu tem 44 ADM liberadas. Temos, em Medicilândia, 267. Coincidentemente, as 10 áreas vistoriadas, sorteadas, caíram em Anapu. É uma estatística bastante curiosa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quero chamar a atenção, porque ele esteve depondo nesta Comissão e deixou uma série de dúvidas. Não estou dizendo que ele fez essa ou aquela acusação, ele deixou uma série de dúvidas. E ocorre que essas dúvidas, se formos esclarecer, vamos ter que convocar outras pessoas, até porque a área do filho dele teve o plano rejeitado pelo IBAMA.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Quero ressaltar também que, além dessa área — talvez nem entre nesse mérito —, teve também um projeto



de manejo que entrou e que, até hoje, não conseguiu ainda sair, até que a FUNAI se manifeste. Porque o INCRA já se manifestou favorável, mas a FUNAI ainda não se manifestou. Então, isso é só um exemplozinho de que a gente tem que atender à legislação em todas as exigências. Não é o IBAMA que cria entraves de trabalho, só que a legislação tem de ser cumprida.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só um esclarecimento. Nós já pedimos, já oficiamos ao IBAMA que faça novas vistorias — já foi oficiada há mais de 15 dias — na região. Ainda é possível que se saiba perfeitamente a extensão da irregularidade que foi cometida. Também gostaria de esclarecer o seguinte, este funcionário do IBAMA, de quem não tínhamos nenhum conhecimento, foi convocado aqui e ele mesmo — recordo-me muito bem —, quando eu disse: “*A denúncia de V.Exa. etc.*” Ele disse: “*Eu nunca fiz denúncia alguma. Apenas fiz um relatório*”. E foi o relatório que chegou aqui. Baseado nesse relatório, um documento formal, evidentemente, que nós nos apoiamos para fazer essa pergunta. Isso é uma amostragem, não deixa de ser uma amostragem. Portanto, precisamos aprofundar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Distorcida.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Precisamos aprofundar para saber. Realmente precisamos aprofundar. E há como saber; é o que desejamos. Não há polêmica a esse respeito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Coronel Alves.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar e saudar todos os meus colegas, assim como a Sra. Najja Maria Santos, que vem aqui nos ajudar a esclarecer algumas dúvidas. Uma das perguntas que eu gostaria de fazer, e a senhora já me respondeu, seria sobre quanto tempo a senhora está no serviço público. A senhora acabou de dizer que são 25 anos. Qual a função que a senhora desempenha hoje?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Hoje estou na chefia da divisão técnica.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - E faz exatamente o que a divisão técnica, a fim de eu poder ter um entendimento?



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Os processos de plano de manejo, de reflorestamento, de desmatamento passam pela minha chefia.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Então, o meu pensamento é certo. Vou colocá-lo aqui e a senhora poderá dizer sim ou não: então todos os pedidos relacionados a liberação de áreas para manejo passam pela sua divisão.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Certamente.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - No Estado do Pará?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, só da competência da gerência de Belém. O Pará tem 3 divisões, 3 gerências.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Três gerências. Essa divisão de Belém está afeta ao Município de Pacajá e Anapu, é isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - É de outro Município?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É. Belém é mais ali... Aquela região que vai até Tailândia, Paragominas, Vianópolis...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Santarém, Altamira...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Santarém e Altamira já é gerência de Santarém.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Essa divisão é só para eu ter um entendimento.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – E Anapu, de forma inconveniente, está ligado à gerência Belém. Mas, inclusive, já existe uma solicitação quase oficializada para que ele passe para a gerência Santarém, porque é muito inconveniente para nós a gerência Belém...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Deslocar de Belém para lá.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É, porque está praticamente dentro do escritório de Altamira, ali do lado. E virmos de Belém para cá, quando seria mais competência à gerência Santarém. E a outra questão é que o próprio escritório regional do INCRA abrange Altamira, todos aqueles Municípios da região.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Seria necessário uma redistribuição, conforme tem o INCRA, para poder potencializar todas as ações do Governo Federal?



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Seria rever e fazer algum ajuste nisso para adequar de uma melhor forma.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Ok. Ouvi também atentamente a senhora falar sobre a questão da AMMAPA. É uma Associação de Madeireiros dos Municípios de Anapu e Pacajá. É certo também dizer, como afirmou o Sr. Mário Rubens, acho que foi até leviano de sua parte, todo e qualquer processo de manejo da safra legal, 2004 ou outras, passam necessariamente pelo crivo pela AMMAPA? É certo dizer isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Aí teríamos de dizer que a AMMAPA é um órgão ambiental, não é?

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Então, está errada a afirmação dele?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza. O órgão ambiental é o IBAMA. O órgão fundiário é o INCRA.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - É uma afirmação, no mínimo, mentirosa. Perfeito! Esse cidadão esteve conosco e afirmou que realmente era lá que se fazia a AMMAPA. Achei interessante fazer essa pergunta, Sr. Presidente, para que pudéssemos ouvir da técnica de 25 anos de função na divisão técnica de que é uma afirmação leviana, no mínimo, a suposição dele. Com essa resposta, gostaria também de perguntar à senhora se a senhora conhece algum tipo de animosidade do cidadão Mário Rubens com o IBAMA. A senhora conhece algum tipo de animosidade — vou colocar nesse termo — do cidadão Mário Rubens com o IBAMA, em Belém? Ele pediu alguma solicitação para desmatar, para operar numa área? Depois de ser avaliado, ser discutido técnica e juridicamente, houve uma resposta negativa. A senhora conhece esse processo?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – O Sr. Mário Rubens tem na gerência de Belém um plano de manejo já aprovado há um certo tempo. Não temos exatamente o ano da sua aprovação. Acontece que quando a nova administração atual do IBAMA assumiu, fomos rever todos os procedimentos que o IBAMA vinha desempenhando na aprovação não só de plano de manejo, mas de todas as outras atividades do IBAMA. Criamos vários procedimentos. Inclusive, eu me sinto como gestora de vários procedimentos criados na área técnica, uma área de manejo. Tenho, inclusive, mestrado, tenho conhecimento nessa área. Não me dobro a quem



não desconhece. Conheço, sei e implantei vários procedimentos que foram levados juntos aos demais colegas, foram levados em reunião de câmara técnica, foram aprovados. Além desses procedimentos técnicos, também incluímos outros procedimentos que já eram da Casa e que a Casa nunca levava a rigor, que era no caso a questão do sensoriamento remoto e a questão da documentação, questão fundiária. Os projetos de manejo dentro do IBAMA eram aprovados com documentos muito frágeis, na questão fundiária. E o IBAMA acabava assumindo a responsabilidade pela questão fundiária, quando não é esse o papel do IBAMA. Nessa nova administração, revimos todos esses atos. Então, a questão de você avaliar se aquela área tem cobertura florestal, qual a potencialidade daquela área, você avaliar qual a fragilidade da documentação... Tínhamos projetos de manejo aprovados em áreas de posse. O dono da posse, o detentor da posse arrendava ou comodava para alguém entrar com o plano de manejo. Ou seja, uma expectativa de direito era arrendada ou comodada, totalmente ilegal. Começamos a rever esses atos. Dessa forma, todos os processos de manejo dentro do IBAMA foram revistos e criou-se o que se diz hoje que o IBAMA é o entrave na indústria madeireira. Não é a questão do entrave, mas a questão de querer fazer a coisa como sempre deveria ter sido feita.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Fazendo o papel correto.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Como sempre deveria ter sido feito.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Bom, a pergunta é essa.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Vou responder à sua pergunta. Esse senhor tem um plano de manejo que passou por todo esse crivo. Criamos o que chamamos hoje de *check list*, com base na Instrução Normativa nº4, para a questão de manejo. Se for o caso, repassamos para o jurídico. Passa pelo sensoriamento. Exige-se que esses processos apresentem mapas em formato digital e analógico para serem reavaliadas aquelas áreas pelo sensoriamento. Ele passou por esse crivo e a documentação dele não atendeu à exigência legal. Então, ele foi suspenso.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Foi indeferido.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Foi suspenso o plano de manejo porque ele já está aprovado. Ele foi suspenso e não teve o seu plano



operacional, anual, liberado até que se cumpra... Ele não está cancelado. Apenas está suspenso até que ele atenda, apresente um documento fundiário que atenda a exigência do órgão.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Perfeito. Tenho de posse, não sei se a nossa Comissão já tem, mas se não tiver gostaria de passar a V.Exa., justamente a cópia de tudo isso. O pedido, para que pudesse ser desenvolvida a atividade, a análise do pedido, e em seguida, o parecer dizendo que não, porque me parece que essa documentação vem de encontro às afirmações que foram dadas anteriormente por esse cidadão Mário Rubens. Entendo que seja uma colaboração para que pudéssemos ter início. Também há aqui a nota de repúdio da AMMAPA contra a matéria da revista *Veja*, que foi também colocada alguma pergunta com relação ao nosso Relator, Deputado Sarney Filho. Sendo assim, fico satisfeito pela sua resposta. Dou por encerrado o meu período de pergunta. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O ar-condicionado está desligado. Será que poderíamos tirar o paletó, pelo menos, para continuar trabalhando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Vou providenciar para que o ar-condicionado seja religado.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo e, na seqüência, o Deputado Dr. Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Depois quero me reinscrever.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Najja Maria dos Santos, Deputados e Deputadas, eu queria fazer só um rápido comentário, para depois fazer uma pergunta à nossa representante aqui do IBAMA. Essa questão das ADMs, que é uma coisa nova, inclusive começou pela Transamazônica, Anapu, Pacajá, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, parece-me que até Uruará... Conheço muito a região, porque sou daquela região; inclusive meu nome foi envolvido na matéria da revista *Veja*. Foi envolvido porque um cidadão fez uma denúncia de irregularidade, que envolveu irregularidade no Safra Legal, na ajuda de campanha etc., etc. Queria dizer que, na verdade, a falta de estrutura do



próprio IBAMA fez com que o programa não tivesse um sucesso maior. E é bom que se entenda aqui que esse programa, o Safra Legal, as ADMs, elas só servem para aquelas áreas que ainda não foram desmatadas em mais de 20%, que é nos PDSs ou aquelas áreas que as pessoas estão ocupando. Tem acontecido aí, eu já ouvi relatos, que muitas vezes o cidadão fazia a inscrição dele para conseguir uma ADM e, quando chegavam ao lote dele, ele já tinha desmatado mais de 20%. Então, já havia irregularidade. Então, é uma situação que nós precisamos realmente aprofundar. E, fora desta ADM, o pequeno produtor, para tirar madeira no resto da sua reserva legal, precisa ter o plano de manejo como uma grande empresa tem. Eu até acho que esse modelo de plano de manejo que foi pensado para as grandes empresas ou médias empresas não serve para pequeno produtor, porque um pequeno produtor que tem 50 hectares ou 20 hectares de floresta e vai tirar 4 árvores tem que fazer todo um inventário, gastar dinheiro, pagar engenheiro florestal. Então, essas coisas... Esse é um outro debate que o Governo precisa acelerar, o IBAMA, todo mundo junto. Mas eu já queria entrar na pergunta. Primeiro, queria até esclarecer para vocês, eu ouvi a fita da denúncia antes de ontem, 27 minutos. Se V.Exas. quiserem ouvir a fita, ela está em poder do INCRA. O INCRA tem uma fita, a fita que fez a denúncia do plano de Anapu, que envolve, inclusive, meu nome. A denúncia foi feita ao Deputado Babá. Eu ouvi 27 minutos a fita. O Deputado Babá perguntou o seguinte: “Mas o Deputado Zé Geraldo tem envolvimento nisso?”, quando ele falava de ajuda de campanha a candidatos do PT a Prefeito. Aí ele falou assim: “*Olha, eu não tenho certeza se o Deputado Zé Geraldo está envolvido nisso, mas eu penso que ele sabia*”. É a única coisa que tem na fita, em 27 minutos. Eu estou, inclusive, entrando aqui na Casa, hoje, pedindo direito de resposta para a revista *Veja*, porque teve uma dose de maldade muito grande na matéria com relação à minha pessoa. Tanto é que eu pedi um direito de resposta amigavelmente para a revista, eles me mandaram um texto de 5 linhas, eu mandei um acréscimo de uma linha, e, depois, na semana atrasada, ela colocou assim: “Deputado afirma que recebeu recurso. Deputado Zé Geraldo, do Pará. Corrupção.” Porque, na entrevista coletiva que eu fiz em Belém, a primeira coisa que eu falei era que candidatos a Prefeito do PT naquela região tinham recebido, sim, ajudas, que vieram de madeiras, mas que estava tudo dentro da legalidade. Ela pegou essa frase: “*Deputado afirma que recebeu*”. Dá para transparecer que eu recebi o



dinheiro, quando quem estava em campanha eram os candidatos a Prefeito. Mas tudo bem. Vou deixar isso pra lá. Estamos com um problema sério: lá no IBAMA de Santarém, segundo a informação, há 3 meses não se aprova um plano de manejo para pequeno produtor, mesmo um produtor que tiver um título da sua propriedade, há 3 meses. Eu conversei lá com o Paulo Maia, que é a pessoa que responde, o gerente, e ele disse: *“Olha, isso não depende só de mim. Tem a DITEC...”*

Só para nós entendermos também onde está o gargalo desse negócio; por que tem lá 100 planos de manejo, 100 propostas, e em 90 dias não se aprova nenhuma? O que está acontecendo com esse negócio? Porque há uma revolta também de alguns madeireiros que estão querendo trabalhar legal, mas nesse momento o cerco se fechou, porque o Gestão Florestal está aqui na Câmara, inclusive foi retirado o seu caráter de urgência, não se tem documento das propriedades para se fazer os planos de manejo, como você disse. Eu era Deputado Estadual e eu vi um plano de manejo aprovado, em Belém, pelo IBAMA que a terra era do INCRA, lá entre Medicilândia e Brasil Novo, o cidadão foi ao INTERPA, falsificaram a assinatura do Ronaldo Barata, que era seu diretor, e com a falsificação dessa assinatura e mais umas informações erradas o IBAMA aprovou o plano de manejo em cima de uma área de 20 mil hectares de terra, que é do INCRA, nunca foi do INTERPA. Mas a assinatura foi falsificada, a assinatura do diretor Dr. Ronaldo Barata. Eu presenciei isso, inclusive o plano de manejo foi cancelado. Então, há uma situação complexa, pela falta dos documentos sem cadeia dominial, e como se trata de pequena propriedade, de pequeno produtor, quando chega ao IBAMA demora até 90, 100 dias para ser aprovado. Então queria que você fizesse para mim um comentário sobre isso, que eu também preciso entender melhor, já que V.Sa. está dentro do IBAMA, você consegue ver a burocracia da máquina e as dificuldades todas.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Bom, em primeiro lugar, a gente fez um termo de cooperação técnica IBAMA/INCRA, IBAMA/INTERPA Felizmente, sobre o IBAMA/INTERPA já temos resultados. A pessoa que está hoje na direção do INTERPA finalmente conseguiu e hoje nós temos um documento, já recebeu a segunda, apresentaram todos os procedimentos que o IBAMA deveria dar, as informações, exigências que o IBAMA deveria prestar e que o IBAMA, justamente para prestar ao INTERPA, assim como ao INCRA, também deverá exigir



dos detentores dos projetos para aquelas áreas que não são tituladas, áreas de ocupação apenas. Então, todos os processos de ocupação no IBAMA terão que passar pelo INTERPA e pelo INCRA. Apenas quando vier essa documentação dando o aval para que aquela pessoa possa utilizar aquela área é que ele poderá dar continuidade a sua atividade. Isso finalmente foi fechado. Acontece outro ponto: IBAMA/Santarém. Se nós, IBAMA/Belém, temos 5 técnicos, comigo 6, atuando na área de manejo... Você deve saber que a gerência Santarém é a gerência de maior abrangência das 3 gerências. Ela tem apenas 2 engenheiros florestais. Procurador, nenhum. Os procuradores são encaminhados para lá para passar um período lá. Eles não são permanentes na gerência. Então, realmente a gerência de Santarém tem uma deficiência muito grande. Estamos torcendo para que agora, com esse concurso que aconteceu no domingo, cheguem esses engenheiros florestais, porque a grande deficiência do IBAMA é técnica e financeira. O orçamento do IBAMA está totalmente reduzido. Nós precisaríamos contratar engenheiros florestais para aquelas operações, que a gente antes chamava Amazônia Legal, hoje é operação mesmo para atender sem nome, não tem título mais, são contratados do PNUD. Mas o IBAMA até hoje não tem recurso para isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Ou seja, em Santarém só tem 2 pessoas com capacidade para análise desses projetos.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É, 2 engenheiros florestais, sendo que um é o chefe da ADTEC.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Tudo bem, mas tem 2. Em 3 meses não se aprovou nenhum projeto. Onde está o outro gargalo, então? Tem 2 trabalhando...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – O outro gargalo provavelmente deverá ser em relação à questão do órgão fundiário, porque a maioria daquelas áreas ali são de competência do INCRA, e o INCRA teria que se manifestar da mesma forma que O INTERPA se manifestou.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Então está na Procuradoria, na verdade. Com a falta de procuradores...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É questão entre o INTERPA... de se apresentar ao INCRA, porque já existe o termo. Só que esse termo diz que o INTERPA teria que dizer, assim como o INCRA fez, quais os



procedimentos que ele quer que o IBAMA apresente para que eles emitam para nós essa declaração, essa, sei lá, algum nome aí de algum documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, Deputado Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Sr. Presidente, Mendes Thame, Sr. Relator Sarney Filho, nobres Deputados, colegas presentes, Sra. Najja, a senhora é uma especialista, analista ambiental. Então, as minhas perguntas são dirigidas à senhora com o seguinte fundamento. Primeira coisa: qual é a medida, quando a senhora fala um lote?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Bom, um lote no Estado do Pará ele varia de 50 até 150, depende de cada região.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Hectares ou alqueires?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, hectares.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Hectares?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É. Varia de 50 a 150, dependendo da região.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Nós que somos de outros Estados, por exemplo, eu de Minas Gerais, nós não entendemos como que acontece, por exemplo, quando você fala desmatamento e existem as queimadas. E recentemente na revista *Veja* falou que neste Governo do Presidente Lula é que está acontecendo a maior devastação da floresta amazônica. Mas você também já me respondeu que vocês não têm estrutura técnica, não têm pessoas, não têm fiscais, não têm recursos financeiros... Por isso, eu imagino que o IBAMA não consegue controlar todas essas...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – O meu raciocínio está certo?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Outra coisa. Quando se autoriza uma queimada, é o IBAMA que autoriza. Como que se controla uma queimada normalmente?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Como?!



O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Como se controla uma queimada? Você coloca fogo na floresta e aquele fogo ultrapassa aqueles limites e vai embora.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, para você fazer a queimada a gente tem que ter uma queimada orientada. Você tem que ver a questão da direção do vento, você tem que preparar aceiros, o horário, a época do ano etc. Então, tudo isso é levado em consideração. Só que quem faz essa queimada na urgência de queimar o mais rápido possível, no geral, ela pega a questão, vamos dizer, no sentido da direção do vento. Na direção do vento você queima mais rápido. Está entendendo? Só que você não tem como controlar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GONÇALVES – Está bem. Era isso que eu queria me orientar. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para complementar, a maioria dessas queimadas é ilegal. Não são autorizadas pelo IBAMA. E a gente confunde também muito queimadas em áreas que já foram antropizadas.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Limpeza de área, né?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Limpeza de área, em áreas de pasto, em áreas que já foram antropizadas, que já foram usadas, com as queimadas que realmente que são da competência do IBAMA que são Unidades de Conservação e Florestas.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Mas até limpeza de área ele tem que ter autorização do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para completar, o Coronel Alves fez a abordagem dele, que ele fez uma pergunta se o senhor, deixa eu lembrar o nome dele aqui, se o Sr. Mário Rubens tinha algum problema pessoal como o Sr. Marcílio Monteiro. Acho que a resposta é dada pelo próprio Mário Rubens por escrito, quando ele diz: *“Se faz necessário focar nesse relatório que existe desavença entre eu e o Sr. Marcílio Monteiro”*. Quer dizer, ele já deu por escrito a resposta à pergunta formulada. A outra questão também, só para corroborar, a respeito das terras, há um parecer do próprio Procurador Federal do IBAMA, Dr. Edvaldo de Souza, que ele diz o seguinte: *“Apresentada denúncia pela Vereador Reginaldo, do*



PSDB, no sentido de que a área onde se encontram as PMFs residem há muitos anos vários ribeirinhos". É uma área que o Sr. Mário Rubens busca dizer que é dele. Já havia uma denúncia desse Vereador do PSDB dizendo que não era dele. Depois essa denúncia foi somada com a do Sr. Gregório Santos de Souza, com nova denúncia sobre a mesma área. E o oficiou ao INCRA e ao INTERPA acerca do domínio da área por parte do Sr. Mário Rubens, tendo recebido, até a presente data, apenas resposta do INTERPA de que naquela área existia apenas o Registro de Posse sobre o nº 527, expedido em favor de Maria Ignez Gomes; a denominação do imóvel é Macabeira, mesmo nome do imóvel que o Sr. Mário Rubens diz ter o domínio. Então, a tentativa do Sr. Mário Rubens era obter o documento para retirar madeira de uma área grilada, ou que ele estava tentando grilar; ele não conseguiu provar até o momento. Esse pedido vem tramitando há cerca de 10 anos. Então, o IBAMA tem se comportado, nos últimos anos, com coerência e com firmeza para observar que o terreno não é dele. Simplesmente foi negado para ele na atual gestão, até porque implicava em tramitação legal. Então, o Sr. Mário Rubens mostra porque até o momento, caso ele não prove o contrário, ele é considerado grileiro de terra.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Deputado Rosinha, eu compreendo perfeitamente a linha de argumentação de V.Exa. Eu quero lembrar que quando nós instalamos a CPI, eu, como Relator, disse que esta CPI não tinha o objetivo de fazer pirotecnia, ficar aparecendo na imprensa, prender gente. Nós queríamos era, através de um estudo profundo, sobre a realidade nas 3 agendas, nós queríamos influenciar nas políticas públicas. Essa continua sendo a nossa finalidade maior. Evidentemente, Deputado Dr. Rosinha, evidentemente houve, ao longo desses trabalhos, denúncias que foram feitas na grande imprensa, e essas denúncias merecem e vão ter toda apuração possível. Agora, é lógico também que desqualificar o denunciante, não propriamente desqualifica a denúncia. Pode ser. E nós sabemos. A História do Brasil nos diz que são justamente aqueles que têm seus interesses contrariados é que começam a fazer as denúncias. O irmão do Collor, o Pedro Collor, foi porque não tinham dado um dinheiro para o jornal dele e, ele insatisfeito, fez a denúncia. Agora mesmo estamos presenciando uma porção de denúncias feitas por pessoas que não tiveram seus interesses satisfeitos. Mas, de qualquer maneira, é nossa obrigação apurar essas denúncias. E acredito mesmo, eu



conheço as pessoas citadas, o Deputado, a Senadora, eu pessoalmente tenho a convicção, minha convicção pessoal de que nenhum deles se beneficiou de nenhuma ilegalidade. Esse é o que eu acredito. Mas até mesmo para que não gere suspeição nenhuma sobre a figura desses companheiros nossos é que nós devemos, temos a obrigação de apurar o mais profundamente possível. Eu acho que esse é o sentido da nossa vertente agora que nós estamos nos debruçando sobre essa questão que foi denunciada por uma revista de circulação nacional. Não existe, posso dizer seguramente a todos os presentes, não existe, por parte, pelo menos da relatoria, nenhum desejo, nem político nem pessoal nem público de querer colocar nenhum membro do nosso Congresso, nenhum companheiro, sob suspeição. Não será através dessa relatoria nem desta CPI que nós vamos servir de instrumento para que políticas regionais possam se fortalecer. Eu já tive a oportunidade de dizer isso inclusive à Senadora Ana Júlia. Conversamos e ela me colocou as suas razões. Eu entendi as razões, falei-lhe que inclusive a respeito da assessora dela que nós já tínhamos determinado à consultoria que pedisse a quebra do sigilo bancário dela. Está constando na ata, mas eu disse que, durante a sessão, eu iria pedir que a gente não votasse essa quebra do sigilo, já que a própria Senadora disse que iria disponibilizar, que a funcionária iria disponibilizar esse sigilo bancário para a CPI.

Então, nós vamos esperar. Eu acho que quanto mais rápido a gente passar por essa etapa melhor. Agora, de tudo isso nós queremos é tirar lições. A CPI passada já havia feito uma série de recomendações que, infelizmente, no âmbito do Executivo, elas não foram levadas em conta. Inclusive, uma das maiores era justamente que as ATPFs fossem substituídas, já existiam estudos finalizados, e não sei por que até hoje essas ATPFs ainda são instrumento e motivo da maioria dos escândalos que têm ocorrido. Eu conheço profundamente a questão madeireira. É lógico, se nós temos dados que 60, 70 até 80%. Há divergência. O Amigos da Terra diz que é 60, o IBAMA diz que é maior, mas se há uma enormidade de ilegalidade na extração da madeira, é evidente que por detrás dessa ilegalidade há todo um esquema e é evidente também que, ao lado desse aspecto policial, tem também o aspecto da legislação, que pode, de uma forma ou de outra, favorecer a que esses esquemas se fortaleçam. Então, nosso primeiro objetivo não é pegar bagrinho, não é pegar o bagrão, mas é justamente fazer com que a nossa legislação impeça que



esse tipo de ocorrência possa continuar vigorando. É isso que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, ainda, o Deputado Dr. Rosinha? Não?! As últimas observações, as últimas perguntas, quero trazer à depoente de hoje. A primeira pergunta é se a senhora tem conhecimento de contratos de compra e venda firmada entre madeireiros e assentados?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não, essa parte não me compete, porque eu realmente não participei nisso, minha participação foi apenas na análise técnica. A parte de contrato já é uma parte voltada ao SISMAD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - SISMAD?!

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esses contratos precisariam ou precisam ser protocolados no IBAMA?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Sim, têm que dar entrada no IBAMA, têm que ser protocolados. Eles são analisados para se ver se eles estão corretamente elaborados, até porque a gente sabe que já existiam alguns modelos onde se dizia que o detentor teria que entregar as duas vias das ATPFs para — é a famosa cláusula 5 — para o comprador. E isso aí já foi corrigido pelo IBAMA; nós já preparamos um esboço de um contrato. Não que seja um modelo, mas um esboço onde não deve ser... Esclarecendo que as ATPFs não devem (as 2 vias) ser entregues ao comprador. Uma via fica para o detentor do desmate, e a outra é passada ao comprador, que deverá recebê-la preenchida. Essa é a orientação que o IBAMA dá. Ainda assim, não é atendido, e é por isso que temos aí grandes problemas de ATPFs calçadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não sendo atendida, qual é a penalidade?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Bom, a penalidade é a questão do calçamento, como a gente tem visto aí. Isso aí são multas, são multas altíssimas, são processos penais e uma série de outras medidas administrativas e penais e uma série de outras coisas que a legislação prevê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Multas para os assentados?



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não, não digo para os assentados; eu digo para qualquer um que tiver um contrato e que receba uma ATPF e que por acaso a primeira via com a segunda via de ATPF não batam, qualquer um, independente de ser assentado ou não, se ele apresenta uma distorção da informação, ele deverá ser penalizado. Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora tem conhecimento de alguém que foi multado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - De assentado eu não tenho conhecimento. Sim, de pessoas fora de assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas a senhora tem o conhecimento de que muitos assentados entregam as 2 vias?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não tenho esse conhecimento. A gente orienta para que não o façam. Essa é uma orientação inclusive não só para assentado, mas para qualquer um que entre com contratos dentro do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Essa orientação é por escrito ou é verbal?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Essa orientação... A gente criou um esboço de contrato, e esse esboço muitas vezes é aprimorado, é mais amarrado pelo próprio empresário ou extrator, quando ele quer ainda o processo, um contrato muito amarrado. Agora, o que a gente deixa bem claro no modelo que a gente criou são os cuidados em relação a quem tem de ficar, quais as ATPFs, quem tem de apresentar ao IBAMA, o prazo em que deve ser apresentado ao IBAMA. Então, essas coisas a gente cita no nosso esboço de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora pode nos encaminhar uma cópia desse esboço de contrato?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Eu posso encaminhar. Não tenho disponível aqui, mas posso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não. Nós aguardamos. Se a senhora puder nos encaminhar no prazo de 1 semana, por gentileza. É possível?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito bem. Esse esboço de contrato é um contrato assinado entre um assentado e uma madeireira?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim, uma madeireira é uma indústria, não é?. Qualquer um que tenha interesse em comprar madeira procura o assentado. Como ele é o detentor da autorização para desmate, a forma de ele ir abatendo... A autorização funciona como um crédito que você tem no banco: à medida que você vai entrando com as ATPFs — são os cheques —, vai sendo abatido desse valor o crédito total que você teve aprovado no IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – E, no modelo de contrato elaborado pelo IBAMA, o assentado pode nomear um procurador?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Certamente nós abrimos alguma concessão porque existem assentados que têm, primeiro, dificuldade de acesso; em grande maioria são analfabetos, têm dificuldade na questão de compreender esse sistema de ATPF. Então, muitos entram, sim, com procuradores, entram com procuração, que é analisada juridicamente. Essa procuração, se ela atende, é aceita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Agora, essa procuração pode ser dada a uma madeireira?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, a uma madeireira, não. A gente não recebe isso direto, recebe de um procurador, uma pessoa física. Não existe procuração de uma pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Quer dizer, o IBAMA não aceitaria...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, ele entra com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ... um contrato protocolado no IBAMA em que o assentado é representado por uma madeireira, fazendo contrato com outra madeireira.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, uma madeireira, não. Não. Não. O que existe, já temos caso no IBAMA, não em áreas de assentamento, mas em outras áreas, de associações de produtores, associações de produtores rurais, onde a associação representa o produtor junto ao IBAMA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Associação de...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Mas é associação de produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Associação dos próprios produtores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A AMMAPA é então uma associação de produtores rurais?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, ela é de madeireiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ela não poderia...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, ela não poderia. Aí, teria de ser uma associação dos produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se o IBAMA recebesse um contrato assinado por um assentado representado pela AMMAPA com uma madeireira, não seria aceito?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, com certeza, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois eu tenho aqui um que foi aceito.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Bom, então, se foi aceito como procurador, a AMMAPA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Como é que a senhora explica esse caso? Isso é uma coisa inacreditável! É uma mudança na filosofia completa, é uma distorção conceitual. Se uma associação de madeireiros passa a representar os assentados, é o samba total, o samba da doidice. Fala isso, essa palavra...

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – É, realmente isso aqui, para mim, é surpresa. É surpresa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A senhora está lá, é diretora e nunca viu isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não. Veja bem. Eu sou chefe. Chefo a Divisão Técnica, em Belém. Essas questões estão ligadas à



Gerência Santarém. Então, eu não tenho... Eu desconheço, porque eu apenas fui compor uma colaboração, um apoio técnico à Gerência Santarém. Essa foi a minha participação. Um apoio técnico. Então, eu não chego até esse grau de apresentação de contrato. Isso aqui é feito dentro da própria... do escritório de Altamira pelo funcionário do IBAMA que recebe esses contratos. Isso aqui é feito por um funcionário do IBAMA, dentro do escritório de Altamira, que recebe os contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Entendi. Aqui, na cláusula 2ª, a quantidade de madeira vendida não está predeterminada no contrato. No modelo de contrato que a senhora, que o IBAMA sugere, a quantia de madeira vendida está predeterminada?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Com certeza. Não só a quantia, mas como a espécie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Muito bem. Na seqüência, há um caso em que a senhora encaminhou, através da DITEC. A DITEC é a empresa que a senhora...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Não, DITEC é Divisão Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não é a que...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É a Divisão Técnica que eu dirijo, dentro da Gerência Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está certo. Há um caso em que a senhora encaminhou, através dessa DITEC, para a DIREF, em Brasília, processos referentes à exportação de carvão vegetal para os Estados Unidos, a serem exportados pela empresa Siquel. Siquel é a famosa empresa que recebe da FASE aquele mogno que foi doado para a FASE; e a FASE contrata a Siquel e, com isso, repassa todas as ATPFs para a famosa Siquel. Nós já estamos ficando aqui muito familiarizados com a tal Siquel. Pois bem, foi aprovada essa exportação. Houve respaldo legal da área técnica dessa Divisão Técnica da senhora para essas exportações? Ou seja, quando a senhora encaminhou isso para a DIREF em Brasília, foi um processo aprovando, recomendando ou anuindo quanto a essa exportação?



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Houve. Existe um estudo técnico sendo desenvolvido, inclusive, com participação da EMBRAPA e da UFRA. Esse carvão que foi produzido foi resultante dos rejeitos da indústria — não é da área de exploração e, sim, da indústria —, e, aí, para se completar, ele precisaria chegar ao mercado. Ou seja, para que a pesquisa se completasse, ela precisaria chegar ao mercado para ver o grau de aceitação. Essa pesquisa foi colocada em reunião de Câmara Técnica, Câmara Técnica de Floresta do IBAMA, que é multiinstitucional, que foi aprovado. Para que essa pesquisa possa se dar ela precisa seguir até a área, até o nível de comercialização. Então, em função disso, o IBAMA autorizou, o gerente autorizou. Eu apenas... Eu sou da área técnica, mas isso fugiu à área técnica, porque isso foi além área técnica, foi levado a uma reunião de Câmara Técnica, porque essa Câmara Técnica é para dar respaldo às decisões do gerente. Essa Câmara Técnica aprovou e o gerente, com esse respaldo, autorizou que fosse feita essa exportação, encaminhado para Brasília, para Brasília fazer, vamos dizer assim, concluir o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu não entendi muito bem. Se me permite, eu queria entender. Quando o gerente toma uma decisão que não está baseada nas recomendações da DITEC, ele se louva numa Câmara Técnica paralela para respaldar suas decisões?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – É. Porque, veja bem, a exportação de carvão estava suspensa. A instrução que autorizava estava suspensa. E, como está sendo... Até... Por que ela foi suspensa? Porque ela estava aguardando desenvolvimento de pesquisa, para que a gente tivesse maior respaldo na hora de autorizar essas exportações de carvão. E, como a empresa Siquel em parceria com a UFRA e a EMBRAPA estavam desenvolvendo essa pesquisa, elas precisavam, para que a pesquisa tivesse uma resposta, precisava chegar ao nível de comércio. E o comércio seria nos Estados Unidos. Então, precisaria que fossem contêineres exportados para que fosse comercializado lá e se saber o resultado da comercialização. A pesquisa envolvia do aproveitamento do rejeito da indústria até a comercialização do carvão. Para isso, precisaria do aval do IBAMA. Como o IBAMA não trabalha com base em uma instrução, em instrumentos legais, e esse instrumento legal estava suspenso até obter esse resultado de pesquisa e esse instrumento , legal estava suspenso até obter-se o resultado de pesquisa precisou-



se levar em reunião de câmara técnica para que esta pesquisa fosse levada adiante. São várias instituições, é multiinstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tudo bem. Eu só queria então que a senhora me confirmasse de uma forma bem dicotômica: sim ou não. Como havia uma proibição...

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - ...que precisava do aval técnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...para conseguir suplantar, conseguir ultrapassar, conseguir vencer essa proibição valeu-se dessa reunião da Câmara Técnica para sobrepujar a proibição. É isso?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não, ela não estava proibida; ela estava suspensa, considerando-se que precisava de respaldo técnico. Porque esta legislação, quando foi colocada, ela talvez não tivesse tido embasamento técnico-científico. Então, para que ela tivesse continuidade, ou fosse substituída, ou fosse corrigida, ela precisava de respaldo técnico. E o respaldo técnico é exatamente isso: a pesquisa. E para a pesquisa ser levada adiante precisaria chegar ao nível de comercialização e para que ela fosse comercializada precisa que o IBAMA dê o aval. E o IBAMA para dar esse aval ele contou com uma avaliação multiinstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora dirige uma divisão técnica?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora me desculpe, eu estou Deputado, mas sou pesquisador, sou professor da USP: eu nunca vi na minha vida uma afirmação como essa que a senhora está fazendo. Eu primeiro tenho que comercializar para depois fazer a pesquisa? Tenho que fazer a pesquisa antes para ver se aquele produto é passível de comercialização.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Mas a pesquisa envolvia até alcançar o nível de comercialização para ver a aceitação, o grau de aceitação daquele carvão no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E por isso foi autorizada uma exportação ou foi feita uma pesquisa de comercialização com apenas uma quantidade limitada de produtos dentro de amostras preconcebidas?



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Ela foi autorizada para que fosse levada ao nível de comercialização. Não poderia mandar 10 saquinhos de carvão, 20 saquinhos de carvão; tinha que ser mandada uma quantidade potencialmente capaz para que fosse avaliada a resposta do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com isso vocês conseguiram sobrepujar não a proibição, vocês conseguiram sobrepujar a suspensão. Tinha um decreto, uma norma suspendendo a exportação. Com essa reunião técnica vocês conseguiram vencer, ultrapassar, sobrepujar a suspensão e exportaram. É isso que ocorreu?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não foi, como é que se diz, tirada suspensão; apenas foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas vocês exportaram.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Sim, para poder concluir a pesquisa. Sem a exportação não tinha como concluir a pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Temos aqui dados de que a área técnica da GEREK não se manifestou favorável. A DIREF se baseou portanto nesse encaminhamento da DITEC baseado nessa comissão técnica. É isso que ocorreu?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não, a Divisão Técnica se manifestou favorável; apenas ela não poderia fazer isso sem ter a resposta de um órgão, como é o caso é a Câmara Técnica do corpo técnico-científico de outras instituições, que não ficasse no limite do IBAMA, porque o IBAMA não é órgão de pesquisa. Então precisava da manifestação dos órgãos de pesquisa para que a gente pudesse ter um aval de que realmente poderia seguir adiante este estudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Queria voltar um pouquinho à questão anterior dos contratos depositados no IBAMA pela AMMAPA. Não é a sua divisão que analisa esses contratos?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - A minha divisão, Setor de Controle, analisa os contratos e lá mesmo a gente hoje esses contratos além do SISMAD, que é onde faz a questão das ATPFs, do cálculo da redução de volume, cálculo de ATPF, ainda tem o SISPROF, que é o nosso banco de dados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A minha pergunta não é essa.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Só que como eu... É o meu setor; só que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quero saber se é o seu setor que analisa esses contratos. Sim ou não?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Isso. Os contratos, mas não esse. Contratos particulares de compra e venda, são analisados no âmbito da DITEC, porém, este contrato cabe a Gerência Santarém;

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tudo bem, quer dizer, na sua divisão a senhora pode afirmar com certeza que não há nenhum contrato em que os assentados são representados por associação de madeireiros.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Na minha gerencia não existe assentamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Estou satisfeito, não há assentamento.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não há assentamento na Gerência Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. E a senhora conhece algum assentamento que possua associações de assentados?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Não, desconheço. Deve existir, mas eu não tenho contato com eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora tem notícia sobre o Plano Safra Legal 2005?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES - Olha, nós participamos de uma reunião onde a gente já tinha o conhecimento de todas as acusações e tentamos criar, discutimos muito, para ver formas de como aumentar o controle, para evitar que as acusações ora decorridas, possam ter continuidade. Então houve essa reunião para que a gente crie procedimentos capazes de dar maior segurança na liberação desses desmatamentos, para o Safra 2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em suma, a senhora tem notícia do Plano de Safra Legal 2005.



A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim, estamos fazendo estudo, precisamos que o IBAMA tenha mais, vamos dizer assim, se equipe melhor, se fortaleça melhor para que a gente possa fazer um trabalho com muito mais segurança. É a questão do sensoriamento remoto, é a questão de exigir que o INCRA nos dê essa imagem em cima de imagens de satélite, nos dê todos os mapas, não só os mapas como ele nos deu, mas em cima das imagens de satélite. Quer dizer, hoje não seria o caso da gente acreditar só no que vem escrito nos DIPS ou nos outros documentos, mas a gente visualizar em cima de imagens de satélite a localização dos lotes. É a única coisa que a gente não tem condições de fazer vistoria em todos esses lotes, é incapaz, é sobre-humano isso. Então, a única forma que a gente poderia fazer, se a gente conseguisse avaliar isso em cima de imagem de satélite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A senhora esteve presente, num seminário em Anapu, 13 de agosto de 2003, sobre sustentabilidade da indústria madeireira de Anapu, em parceria com a Associação Comercial Pastoril de Anapu, ACAIPA, representado pelo Vice-Prefeito de Anapu, também o Instituto o Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON.

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Sim, não só IBAMA, como INCRA, como IMAZON, como EMBRAPA, como UFA, como outras instituições governamentais e não-governamentais estiveram presentes nessa reunião.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Este seminário tirou uma carta de intenção. E nesse carta de intenção, consta: que as autorizações para desmate, sejam processadas somente através da AMMAPA e as declarações de posses emitidas através do INCRA e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, para evitar a ilegalidade. Trecho inicial dessa, que é o item 4, é o quarto item da intenção. Que as autorizações para desmates sejam processadas somente através da AMMAPA. Não é uma coincidência que um ano depois, comece a surgir esses contratos em que a AMMAPA esta representando o assentado?

A SRA. NAJJA MARIA SANTOS GUIMARÃES – Eu não sei. Eu só, se houve essa carta de intenção eu também não cheguei a ler, agora isso aí jamais poderia seguir adiante. Porque o único órgão responsável para emitir as autorizações para exploração é o IBAMA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. O Procurador Federal, Elielson, afirmou aqui que o SISMAD foi desenvolvido por um engenheiro florestal contratado pelo PNUD, com base nos dados da tese de mestrado que esse engenheiro isoladamente desenvolveu. Diz também que na concepção dele, Procurador Federal, o sistema é anacrônico, falho, permite fraudes imensas. O que a senhora pode nos dizer a respeito?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Eu não tenho conhecimento. O único problema que nós temos é porque o SISMAD é um sistema ainda com base na época da informática ainda muito... que já foi ultrapassada. A informática corre a uma velocidade muito grande. Então, na época em que ele foi gerado, parou naquele tempo. Hoje já temos o sistema de banco de dados, que é o SISPROF, e o que a gente está trabalhando em cima disso, IBAMA/Brasília, é que esses contratos passem a ser feitos não pelo SISMAD e sim pelo SISPROF, e que o SISMAD inclusive deixe de atuar, e o SISPROF passe a ocupar esse papel de hoje, de forma muito, vamos dizer assim, quase que bem lenta mesmo, bem fraca, porque é um sistema muito lento de trabalhar, muito limitado. Então por isso que o IBAMA está trabalhando para que esses contratos passem a ser controlados pelo SISPROV.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Mas as autorizações hoje são dadas pelo SISMAD?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Não, as autorizações são dadas pelo SISPROF. O SISMAD faz esse controle de crédito e débito, à medida que saem as ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E os dois sistemas não conversam, o SISMAD e o SISPROV?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES – Ainda não conversam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não acredito. Na região em que a senhora... É jurisdição da senhora, coberta pela sua diretoria técnica. E há SISPROF?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Temos informações de que em Tailândia e Moju, áreas da gerência de Belém, há assentamentos, ao contrário do que a senhora acaba de afirmar. Essas duas regiões estão fora da sua jurisdição por alguma razão especial, algum decreto?



A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES- Não, provavelmente tenha assentamento, mas não deu entrada no IBAMA nenhum pedido para desmatamento por conta desses assentamentos. Talvez até do ITERPA existam assentamentos. Mas não chegou. Em nenhum momento teve entrada desses assentamentos na Gerência Belém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A exportação de carvão vegetal pela Siquel foi de 400 toneladas de uma só vez e nada mais, ou isso continua sendo feito?

A SRA. NAJJA MARIA GUIMARÃES- Não. Não existe mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame)– Eram essas as perguntas. Queríamos agradecer a sua colaboração e convidar, na seqüência, o próximo depoente, Sr. Manoel Messias da Silva, a tomar assento à mesa. Muito obrigado, se a senhora puder aguardar mais um pouco lá na sala.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, tendo em vista a proximidade do horário da votação, o que certamente fará com que os trabalhos sejam interrompidos, peço a V.Exa. que coloque em votação os requerimentos apresentados, com as ressalvas já anteriormente por mim proferido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Primeiro apreciação dos requerimentos. O primeiro Requerimento nº 100/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer sejam convocados, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados a esta CPI, os Srs. Pedro Cerqueira Lima, Presidente da ONG Fundação BioBrasil; Charles Munn, Presidente da ONG Tropical Nature, Otávio Nolasco de Farias, proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia; e Luís Carlos Ferreira Lima, conhecido como “Carlinhos das Araras”, criador de animais.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Quem o aprova permaneça como está. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 101/05, do Sr. Deputado Sarney Filho, que requer a convocação, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimentos



sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, do Sr. Ornil Lima de Andrade, servidor do IBAMA do Estado do Pará.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 102/05, do Deputado Sarney Filho, que solicita seja requisitado ao IBAMA, em conjunto com o INCRA, a realização de vistorias para verificação de possíveis irregularidades nos processos de autorização de desmatamento nos projetos de assentamento que especifica.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 103/05, do Deputado Sarney Filho, que requer a quebra do sigilo bancário e telefônico da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, já tive oportunidade anteriormente de me referir a esse requerimento. Eu gostaria, tendo em vista o compromisso da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa, de disponibilizar a quebra do seu sigilo bancário e o compromisso também da Senadora Ana Júlia para que, no compromisso de que esse sigilo bancário seja já repassado a esta Comissão, eu peço a V.Exa. que não coloque em votação esse requerimento. Eu não vou retirar o requerimento, apenas quero retirá-lo da pauta. E esse requerimento, se eventualmente, no futuro, nós acharmos que é necessária essa quebra, evidentemente nós o colocaremos em votação para apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em discussão o requerimento de retirada de pauta apresentado pelo Deputado Sarney Filho, autor do Requerimento nº 103/05.



Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada a retirada de pauta do Requerimento nº 103/05, que continua na seqüência para posterior análise.

Requerimento nº 104/05, do Deputado Sarney Filho, que requer convocação, na condição de testemunha, para prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta CPI, das pessoas que especifica.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

APROVADO.

Requerimento nº 106, do Deputado Sarney Filho, que requer seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com a extração irregular de madeira da FLONA de Três Barras, Santa Catarina.

Em discussão.

Não havendo quem queira manifestar-se, em votação.

Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu acompanhei os depoimentos e os documentos que chegaram sobre esse tema. Eu queria fazer uma questão de esclarecimento, porque com esse envio, se não era o caso de concluirmos todos os trabalhos desta Comissão Parlamentar para depois passar a enviar todos aqueles que achamos necessários. Se não nós vamos enviar por parte os relatórios. Eu acho que necessitamos aprofundar ainda mais esse debate, ou até ver o relatório que está sendo feito para ser enviado. Eu não votaria favorável a ele, nessa condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhamento.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, essas oitivas a respeito desse episódio foram realizadas. E, na realidade, a Relatoria não teve elementos o suficiente para chegar a uma conclusão, já que as exposições aqui feitas são antagônicas e com provas documentais de um lado e de outro. Então, a idéia da Relatoria era que a Polícia Federal pudesse concluir essas investigações ao curso do funcionamento da CPI, já que se trata de uma denúncia de caso isolado, que não é sistêmico no programa. Nós não estamos evidentemente nem culpando “a” nem culpando “b”, nós vamos remeter toda a papelada que veio para cá e a Polícia Federal irá fazer as investigações devidas e depois remeter a nós no curso das investigações. É apenas um apêndice daquilo que estamos investigando que não tem evidentemente maiores repercussões dentro do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Somente um esclarecimento. Na realidade, pelas prerrogativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Relator tem a prerrogativa de solicitar para os seus trabalhos a colaboração do Ministério Público para analisar qualquer documento. No entanto, uma deferência especial aos integrantes desta Comissão, o Deputado Sarney Filho, em lugar de remetê-los solicitando uma análise dos depoimentos contraditórios, preferiu submeter à análise do Plenário este requerimento, antes de encaminhar essa documentação ao Ministério Público.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu já participei de algumas CPIs, e sou sincero: é a primeira vez que eu vejo isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas existe.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu sei que existe. Estou dizendo que é a primeira vez que eu vejo. Não estou dizendo que não existe. Eu sempre soube, e a gente sempre tem solicitado ajuda da Polícia Federal. Porque este aqui não é solicitação da ajuda da Polícia Federal, não é esse o teor do requerimento. E se ele está incompleto, eu gostaria que nós pudéssemos investigar mais, para que a gente... Nós vamos fazer um relatório final. No relatório final, nós podemos colocar tudo aquilo que é necessário, e aprovar. Eu não me sinto à vontade para votar favorável a este requerimento, justamente porque estão incompletas as questões e nós não estamos solicitando à Polícia Federal, nós estamos dando uma delegação



nossa para que o outro faça por nós. Se cabe a nós fazermos, vamos fazer, e não dá para outro para que faça por nós.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Deputado Dr. Rosinha, antes de tudo gostaria de pedir ao Presidente para, primeiro, deixar o item 6 para o final dos requerimentos, porque aí poderíamos discutir, antes de tudo, porque a gente poderia votar os outros requerimentos e depois deixarmos essa discussão para o final da pauta. Eu continuo acreditando, Dr. Rosinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O 6 e o 7 têm o mesmo...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A minha intenção é de que justamente a gente avance e deixe de lado questões que não são fundamentais. Foram denúncias feitas e que o Ministério Público e a Polícia Federal poderão apurar. De qualquer maneira, eu tenho, como Relator, a prerrogativa de encaminhar esses documentos, independente de votação. Desde a primeira CPI, eu sempre tenho colocado para o conhecimento e para a votação. Eu não vejo nada que possa... Não estamos delegando nossas atribuições a ninguém, estamos apenas oficializando uma colaboração, sem nenhum prejulgamento, sem nada. De qualquer maneira, se houver essa dificuldade, eu vou fazê-lo de qualquer maneira, eu vou enviar como Relator. Mas eu queria, só por uma forma democrática, que a CPI toda como um todo se pronunciasse a esse respeito. Era essa a minha intenção.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, para uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Eu tive que me ausentar para ir ao plenário, como os colegas que vão ter que ir lá para também marcar presença, os que não o fizeram. E nós tivemos a votação do item V do Requerimento nº 104/05, do eminente Relator Deputado Sarney Filho.

Eu queria a orientação no seguinte sentido. Da forma que se apresenta o requerimento num todo, eu me manifesto contra, embora não sei se já é passado, e explico a V.Exa. por quê. No Requerimento nº 4, o próprio nosso Relator tinha dito que, recebendo documento da Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa, já colocando à apreciação dessa CPI a sua movimentação financeira, estaria sendo afastado o item 4. Mas eu vejo que, no item 5 — e eu gostaria de estar aqui presente —, tem novamente o nome da Sra. Maria da Rocha Pessoa como sendo convocada para vir



até aqui, e a assessora da Senadora Ana Júlia Carepa. Embora eu tenha sabido que já foi aprovado, mas eu gostaria de deixar aqui que nós votamos contra esta forma que foi realizada, uma vez que entendemos que, se já tem da própria Sra. Maria Joana a oportunidade de se verificar a sua movimentação financeira no período, não haveria necessidade dela estar aqui. E também uma orientação: se estivermos a oportunidade de pedir aqui verificação do *quorum*, se estaria também incluso a queda de que foi aprovada. Só uma orientação que eu gostaria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu vou alertar. Quanto à questão da quebra do sigilo bancário, foi retirado de pauta a pedido do próprio autor do requerimento, o que nada tem a ver com a questão da convocação para prestar esclarecimentos que possam versar sobre outros assuntos que não digam respeito a recebimento de contribuição, que estejam ligados ao seu extrato bancário. Essa questão foi aprovada. É matéria vencida. Vamos registrar o seu voto contra. Fazemos questão de registrar.

Quanto à sua pergunta do requerimento visando à quebra do sigilo bancário, ele foi retirado de pauta. Continua na relação dos requerimentos, podendo vir, futuramente, a ser submetido a este Plenário. Não significa uma aprovação para convocação posterior, para solicitação posterior.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Eu entendo e agradeço a sua explicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – O requerimento deverá ser deliberado futuramente.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Futuramente. Eu agradeço a sua explicação, mas me posiciono assim: se foi levantada aqui nesta CPI uma questão que já foi dita que tem pelengas pessoais do Mário com o Marcílio — e é o Mário quem cita a questão da assessora da Senadora Ana Júlia —, não consigo conceber que não haja um direcionamento para atingir a Senadora. Por isso fica aqui o meu registro, votando contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. A matéria vencida. O seu registro será feito. Na seqüência, temos a solicitação de inversão de pauta, jogando os itens 6 e 7 para o final.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.



Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Passamos ao Requerimento nº 108, do Deputado Sarney Filho, que requer a convocação para prestar depoimento, na condição de testemunha, com a finalidade de prestar depoimento sobre a Operação Anapu, realizada pelo IBAMA, no Estado do Pará, o Sr. Davson Alves de Oliveira, analista ambiental da GEREX de Pernambuco do IBAMA. E quer também cópia do relatório da Operação Anapu.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 109, do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA/DILIQ dados cadastrais e empresas madeireiras que especifica, estabelecidas em alguns Municípios do Estado do Pará.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 110, do Deputado Sarney Filho, que requer à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda dados cadastrais e empresas madeireiras que especifica, estabelecido em alguns Municípios do Estado do Pará.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Nós temos que fazer um relatório imparcial, para o encaminhamento...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Bom, vamos deixar esse esboço para o final. É, podemos deixar para o final.



Voltamos aos requerimentos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, vamos deixar esses outros 2 requerimentos para serem votados na secreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deixamos. Podemos. Se houver anuência dos integrantes desta Comissão, vamos deixar os 3 requerimentos para serem votados ao final.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, mais uma orientação, aproveitando essa oportunidade.

Eu tenho notícias de que, no momento em que nós estávamos votando requerimento do item 5, o 104, nós já estávamos na Ordem do Dia. Eu queria ver realmente se essa notícia se confirma ou não. É essa solicitação que eu faço a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A tentativa de V.Exa. é tentar anular essa votação?

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Apenas a do Requerimento nº 104, que diz respeito à presença, à convocação da assessora Maria Joana da Rocha Pessoa. Eu acho que está sendo condicionada para outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Matéria vencida. Eu indefiro a sua solicitação. O senhor pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Eu agradeço a sua orientação. É o que iremos fazer.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu sei que é matéria vencida, que pode ter recurso, mas estávamos na Ordem do Dia com absoluta certeza. Todos os requerimentos estavam na Ordem do Dia, todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Damos seqüência à nossa reunião, convidando o Sr. Manuel Messias da Silva a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, só para consultar. Está tendo votação nominal neste momento? Para nós sabermos se vamos votar e voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não, não haverá votação nominal esta manhã. Essa é a informação que recebemos lá da



Mesa. Nós vamos solicitar que haja uma ligação permanente com o Plenário, para informar sobre votação nominal.

Solicito ao Sr. Manoel Messias A. Silva que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - *Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Manoel Messias da Silva; se desejar, antes de responder às perguntas, usar a palavra.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Antes da usar da palavra, buscando aqui dar minha contribuição, queria relatar a minha trajetória no Estado do Pará, desde quando eu cheguei. E, por final, dizer ou até esclarecer a minha participação nesse processo. Em 1974, cheguei com a minha família no Estado do Pará, vindo através do projeto de colonização, e nessa região eu vivi até hoje. Particpei do desenvolvimento dessa região, particpei da fundação do Município de Uruará, onde fui o seu Secretário Municipal. Logo em seguida, fui convidado pela iniciativa privada a trabalhar na indústria madeireira. E desde essa época, no ano de 1993, no meu trabalho, no dia-a-dia da indústria madeireira, eu via que necessitava de alguns cuidados para que pudesse esse setor ter a perenização dos recursos. Uruará estava surgindo, era um local onde existiam muitos agricultores. O setor madeireiro, nessa época, não tinha muita expressividade, tanto é que o setor madeireiro e os agricultores viviam pacificamente. De lá para cá, eu tenho acompanhado os trabalhos, a luta do setor madeireiro em busca de soluções para o problema, que é grave na região, que se diz a questão fundiária. Particpei das negociações como Procurador, representando algumas madeireiras em Brasília, aqui na Capital Federal, buscando soluções para a solução desse problema, para que pudessem ser instalados os projetos de manejo. Essas soluções nunca aconteceram. Teve a



iniciativa do Dr. Asdrubal Bentes, que na época apresentou um projeto de lei. E, segundo informações, esse projeto de lei, estão sendo ainda colhidas assinaturas para que possa vir a modificação dessa lei. Diante da insistência do setor, foram feitas greves, com o fechamento das estradas, a ocupação do IBAMA e do INCRA. Esta greve, é bom que se faça a saber, que, com o apoio da sociedade local. A visão ou a intenção do setor era buscar as autoridades, o Governo Federal para sentar e buscar soluções. Essas soluções, essas reuniões, nessas reuniões, nunca vieram. Sempre demonstrou serem reuniões inócuas, sem nenhum proveito, nenhuma solução. O IBAMA sempre culpando o INCRA, porque não era problema dele, e o INCRA sem poder fazer nada, não sei por que motivo. Houve nesse momento, é, a intenção ou a boa vontade do Governo, através do IBAMA e INCRA, em sentar para buscar uma solução. E solução essa que veio paliativa, porque seria utilizar, nesse momento, de 2003/2004, autorizações de desmatamento, conforme a Instrução Normativa 03, para que pudessem, essas autorizações de desmatamento, dar cobertura ao setor madeireiro. Só que, diante das circunstâncias, precisava, e a Instrução Normativa é bem clara. A Portaria 008, do IBAMA, no Estado do Pará, diz que para que pudesse utilizar essas autorizações de desmatamento, as madeiras oriundas desse desmatamento necessitava do reflorestamento. Reflorestamento esse que o Governo Federal nunca fez, porque recebia do setor madeireiro para reflorestar. Para cada metro retirado da floresta seria necessário plantar 8 árvores, criando aí o fomento para que pudesse dar cobertura ao setor. Nós vimos que a Safra Legal 2003/2004, baseado no que estava previsto, seria uma alternativa, louvável por sinal. Mas ela apenas apresentaria resultados paliativos porque o setor madeireiro não pode apenas depender da extração da madeira, da autorização de desmatamento, porque essas empresas madeireiras exportam. E a exportação... Como justificar essas madeiras que chegam lá no exterior, a origem dessa madeira? Simplesmente, a autorização de desmatamento na Amazônia. Então, essa situação era paliativa. Nós tivemos, nesse momento, dificuldades de acompanhar esse processo das autorizações de desmatamento. Nesse momento saímos de cena, e depois, em momento outro, passando pelo Município de Anapu, estranhei aquele adesivo que os senhores têm conhecimento, nas serrarias, nos veículos, onde se dizia, safra 2004, se não me engano, *Optante da Safra Legal*, destacando, não sei se por ingenuidade, não sei por que motivo as consoantes “p” e “t”. Achei estranho



aquilo. E nesse momento, eu trabalhando como educador ambiental, do qual fui convidado a participar do Projeto Mangangá, projeto este que visa à organização comunitária, projeto esse financiado pelo Governo Federal através do Pró-Manejo, vi que aquelas coisas estavam ao contrário, não estavam batendo, e tomei a iniciativa de procurar alguém para comunicar. Poderia ter feito isso a nível de Altamira, e alguém me sugeriu procurar o Sr. Amarildo. Eu já o conhecia, ele não me conhecia, já o conhecia de operações feitas na região. Por sinal, uma pessoa rígida, onde o setor madeireiro tinha temor. E enviei esse material para ele. Posteriormente, o Deputado Babá, eu posso usar esse nome, ligou-me e eu informei a ele, relatei a ele os acontecimentos. E hoje estou sendo convocado por esta CPI para testemunhar, da qual me coloco a disposição. Mas antes eu queria dizer que tive o cuidado de fazer um trabalho, talvez um trabalho simples demonstrando a minha trajetória onde o trabalho desenvolvido na região desde 1998; trabalho escrito buscando a conscientização, buscando demonstrar ao setor madeireiro a necessidade da organização, a necessidade de trabalhar conforme diz a Portaria 04, fundamentada no Código Florestal brasileiro, no seu art. 15, que diz que é proibida a exploração na Amazônia de forma empírica. Esse é o meu trabalho, onde desempenho, neste momento, a convite da Fundação Tocaia, o trabalho de educador ambiental. Esse trabalho encontra-se com os senhores, algumas pessoas já o estão folheando. Há uma cartilha onde tive a oportunidade e o prazer de sentar com agricultores no meio da floresta, onde eles tiveram condições de assistir e aceitar essa aula de educação ambiental, cujo tema é legislação ambiental.

Termino o meu relato e coloco-me à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, antes de fazer as minhas questões, gostaria de comunicar ao Plenário, lembrar ao Plenário, aquilo que tem sido uma prática por nós adotada aqui na CPI. Nas convocações aprovadas pelo Plenário nós temos sempre agido...Aqui quero, desde já, dizer que este requerimento, envolvendo vários nomes de pessoas e que foi aprovado, foi elaborado em conjunto com a consultoria, não fui eu que o fiz. Foi junto com a consultoria. Eu apenas aprovei o que a consultoria disse. Mas é dentro daquele espírito de que a gente deve aprovar o máximo possível. Aí fica a critério do Relator



fazer a convocação ou não. Nós já aprovamos convocação de muito mais de 50 pessoas. No entanto, para cá só vieram 12. Então, vai ficar a critério do Relator se deve ou não convocar a assessora da Senadora Ana Júlia.

Se nós acharmos que ao longo das investigações seja necessário a convocação, nós iremos oficializar a convocação que já foi aprovada, senão não será necessário. Então, eu acho que essa preocupação é excessiva em relação a qualquer tipo de coisa. Foi até levantado aqui que a convocação poderia ser de cunho político. Mas não tem nada disso. Não há a intenção. O que nós queremos é aproveitar o *quorum*, aprovar o máximo possível de convocações e, a partir daí, efetuarmos dentro daquilo que a Comissão estipular. Não temos data ainda. Não sabemos nem se vamos convocar. Só queríamos deixar esse esclarecimento porque não existe isso. O que a gente tem feito aqui é convocar sempre o máximo possível, aprovar a convocação, para dar a liberdade do Relator de oficializar ou não.

Feitos esses esclarecimentos, Dr. Manoel Messias, V.S^a presta serviços de que tipo ao setor madeireiro ao Estado do Pará?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Na busca do licenciamento ambiental perante a SECTAM, nas prestações de contas, quando essas empresas fornecem, ou forneciam — porque não faço esse trabalho mais — as notas fiscais, as ATPFs, para que eu pudesse fazer as prestações de contas todo dia 15 de cada mês. Era esse o trabalho que eu fazia para as indústrias madeireiras.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quais madeireiras são ou já foram clientes de V.S^a?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu posso citar algumas, como a Vargas e Vargas, a São Marcos e a empresa... Desculpe-me a falha de memória, mas depois eu me lembro.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.S^a poderia depois remeter para a Comissão até o prazo de uma semana a relação das madeireiras que foram suas clientes?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. confirma o teor das denúncias constantes em fita gravada acerca do Plano Safra Legal 2004, da qual esta CPI tem cópia? V.Sa. tem conhecimento do teor dessa fita?



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor. A não ser que seja a fita gravada da conversa que eu tive com o Deputado Babá. Se for esta, eu tenho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E, nessa fita, V.Sa. afirma que participou de alguma reunião sobre o Plano Safra Legal 2004?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não participei da reunião Safra Legal 2004. Participei dos primeiros ... A hora que sentou à mesa para decidir como proceder ao Safra Legal. Se eu tiver tempo, poderei explicar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A primeira coisa. Eu pergunto a V.Sa. se deseja, se tem algum receio de fazer este depoimento em público ou se gostaria de que numa sessão privada. V.Sa. pode falar em público ou em sessão privada, conforme V.Sa. achar mais confortável no sentido de nos apresentar a sua versão.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não tenho nenhum problema.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem. Quem foram, segundo o seu conhecimento, os servidores federais, INCRA, IBAMA ou qualquer outro órgão, estaduais ou municipais que participaram dessa reunião?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – A primeira reunião para decidir a questão da Safra Legal... Não estou aqui falando do Optante Safra Legal. Mas as primeiras reuniões estiveram sentados à mesa o INCRA, o IBAMA, a FETRAGRI, FEPP, o Sindicato dos Trabalhadores de Altamira, a AMMAPA, o SIMBAX, que é o Sindicato das Indústrias Madeireiras de Altamira, e AIMAT.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E agora V.Sa. poderia explicar, do seu conhecimento, o que foi tratado, exatamente o conteúdo disso? E, também, como V.Sa. disse que não estava presente, só chegou no final, foi isso? Chegou no final ou não?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, não. Eu participei das primeiras reuniões, antes de iniciar o processo de preenchimento dos formulários para as autorizações de desmatamento. Eu participei desse primeiro momento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E nessas reuniões que o senhor participou, houve em algum momento proposta de troca de favores, ilegalidades?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não houve em nenhum momento?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Nesse momento em que eu participei, não.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E aí V.Sa. tomou conhecimento de que nas outras reuniões... Por que não participou das outras reuniões?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – As reuniões eu não participei, porque posso dizer que eu fui excluído. Me pediram para não participar das reuniões. Eu não sei por que motivo. Eu me senti um pouco, assim, um fora do ninho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não foi explicado o motivo.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não foi explicado o motivo. Eu posso dizer aqui quem se reuniu e como aconteceu.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, quem se reuniu nessa reunião que o senhor não estava presente? O senhor tem conhecimento de quem se reuniu?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Que eu não estava presente?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Que não estava presente.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas tenho conhecimento do que ficou decidido?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não. Eu tenho conhecimento do que ficou decidido, depois que eu, passando pelo Município de Anapu, vi esse emblema, esse cartaz: *Optante Safra Legal*.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E esse emblema... Optante, sim, mas isso não significa nada. O que fez com que o senhor fizesse essa ligação entre esse emblema e eventuais irregularidades. O que levou o senhor a pensar isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Porque a AMMAPA, estando participando das negociações da Mesa para buscar soluções para o setor madeireiro, constava ela nesse emblema. E eu perguntei e fui informado de que, enquanto não saíam as autorizações de desmatamento para os agricultores, foi feito esse acordo. Eu não sei como foi feito. Eu só sei que...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quem lhe informou isso? O senhor perguntou, e quem lhe informou?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu me informei nas próprias empresas madeireiras, nos caminhoneiros que estavam transportando

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas eu gostaria de um nome, um nome de uma empresa, um nome de um desses madeireiros.



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - É a própria... Não foi a madeireira, mas a própria AMMAPA. Ela é que é...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Mas quem da AMMAPA?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - O Sr. Leivino

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Leivino. Foi essa pessoa que lhe disse?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Essa pessoa me falou.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Falou para o senhor que o Plano Safra, que aquele plástico liberava as madeiras?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Enquanto não aconteciam as liberações, foi feito esse acordo... Eu não sei em que nível esse acordo foi feito. Eu não sei em que nível, se foi uma ação dentro do Município ou se participaram autoridades. Eu não posso informar isso, porque não sei.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quer dizer que o único motivo que fez com que o senhor pensasse que existia irregularidades foi o formato do plástico e uma pessoa, como é o nome dele novamente da...

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - O Sr. Leivino, o Presidente da AMMAPA.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - É, eu estou sabendo aqui pela assessoria que ele está convocado também para vir depor aqui na CPI. Nesse caso, nós vamos imediatamente oficial para que ele venha para cá. Na próxima terça. E como se deu a participação, segundo seu conhecimento, de cada entidade na Safra? Como se deu?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Após as negociações, após as greves, os fechamentos da estrada, foi apresentado o Plano Safra Legal 2003/2004, utilizando as autorizações de desmatamento. Nessa mesa sentaram essas entidades que eu falei: INCRA, IBAMA, FETAGRI, FEPP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, indústrias madeireiras representada pela AMMAPA, pelo SINBAX, pela AIMAT e algumas associações que não me recordo aqui o nome. E lá foi determinado o seguinte: primeiro, conhecer todo o potencial madeireiro existente nas áreas de assentamento. Buscar o apoio do INCRA para que pudesse viabilizar esses documentos, até porque nas áreas de assentamento não tem título definitivo. E a FETAGRI, através do Sr. Juraci, comprometeu-se em recrutar agentes



comunitários para fazer esses trabalhos nas comunidades, por eles já morarem lá, existirem lá, ficava mais fácil esse levantamento. E, por final, essa despesa para fazer esse trabalho precisava-se de recursos para aluguel de moto, para pagamento de diária desses agentes, e foi estipulado que o setor madeireiro pagaria essa operação para...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - O setor madeireiro financiaria essa...

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Essa operação de pagamento de aluguel ...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO E isso aconteceu? Foi combinado e aconteceu? O senhor tem conhecimento de que aconteceu isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Segundo informações, eu não tenho... A partir desse momento eu não participei mais das reuniões, por esses motivos que já falei antes.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ainda há pouco, a Dra. Najja disse aqui que haveria participação, que tinha participação de... Na reunião ficaram os empresários de dar uma ajuda para que fosse feito o levantamento dessas áreas. Então é isso? Mais ou menos isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Isso

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Porque os órgãos federais, estaduais e municipais, o INCRA não tinham dinheiro, é isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Não tinham...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não tinham estrutura e ficou acertado que eles fariam isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Positivo

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - E o senhor sabe, por acaso, o nome de alguém que participou dessa.. empresários que contribuíram. Foi o sindicato, foi o SINFLORESTA, a AMMAPA? Quem organizou isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Foi organizado em comum acordo com todos, estavam presentes, representando os madeireiros, as suas associações

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Mas isso envolve, evidentemente, recursos das madeireiras, dos empresários e quem foi que... De onde saíram esses recursos?



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Das indústrias madeireiras. Eu não sei...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Coordenado por quem? O senhor sabe alguma coisa sobre isso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Coordenado pela própria associação. a associação dos madeireiros.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Associação dos madeireiros. É a AMMAPA, no caso?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - É, no caso, a AMMAPA, no caso, o SINBAX, no caso a AIMAT.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – No entendimento de V.Sa., qual a efetiva participação do Sr. Marcílio Monteiro, gerente executivo do IBAMA, em Belém, na execução do Plano Safra Legal?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não tenho conhecimento do Dr. Marcílio diretamente, mas foi confirmado, foi informado de que foram deslocados funcionários do escalão superior para Altamira, para que fossem trabalhar nesses desmatamentos no prédio do INCRA. Essas informações foram obtidas dos próprios funcionários do INCRA, em Altamira. Alguns até estranharam e não quiseram participar desses trabalhos.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só um parênteses, para gente entender. Esses funcionários não foram deslocados em função da greve do IBAMA? O IBAMA estava parado e foi obrigado os funcionários de outras regiões?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Sei que esses funcionários se deslocaram realmente lá de Belém para Altamira para fazer esse trabalho. Foi justamente na época da greve, em que o IBAMA estava em greve.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, eu teria mais outras perguntas. Depois vou ver se a assessoria precisa de mais alguns esclarecimentos. Como já começou a votação nominal, mas precisamos ouvir. Acho que dá para fazermos as perguntas e ir votar.

Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Vou demorar um pouco. Sr. Manoel, qual a profissão do senhor?



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Sou autônomo. Trabalho nessa área. Não tenho nenhuma formação, mas me interesse pelo assunto e tenho estudado muito, buscando desempenhar da melhor forma possível o meu papel nessa área florestal, tanto é que fui convidado pela Fundação Tocaia como, vamos dizer, “oficineiro”.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor trabalha como autônomo e não tem nenhuma profissão?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu tenho a minha profissão de corretor de imóveis, só que essa profissão...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Imóveis urbanos ou rurais?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Imóveis. Meu credenciamento...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Urbanos e rurais, os dois?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, não, imóveis rurais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Só imóveis rurais?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Não, urbanos. Mas desde 1982 que eu não trabalho utilizando a minha profissão, até porque deixei de pagar as anuidades e hoje o meu CRECI está, com certeza... Não trabalho nessa área de compra e venda de imóveis. Eu afirmo para o senhor isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Onde o senhor mora?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Altamira, Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor mora em Altamira. O senhor disse que viu aquele adesivo — *Optante* — e achou estranho. Eu também acho estranho um adesivo como aquele. Embaixo havia o nome de uma empresa, H.B. Lima. Quem fez o adesivo?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não sei informar ao senhor quem foi que fez esse adesivo. Eu vi esse adesivo em funcionamento, já sendo utilizado. Eu não posso informar ao senhor, porque eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor consegue reconhecer as ATPFs falsas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Olha, eu não sei. Eu não sei reconhecer a ATPF falsa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, senhor.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Porque o senhor disse que trabalhava para as madeireiras prestando contas de ATPFs.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não, prestando conta das suas notas fiscais de entrada e de saída, já prontas, trazendo para o meu escritório. Eu só utilizava, através da minha secretária, a digitação delas no programa SISPROF.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Dessas que o senhor apresentava, algumas foram canceladas por falsidades delas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Olha, não tenho conhecimento. Não me lembro de ter tido esse problema em nenhuma empresa em que trabalhei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - No recadastramento de algumas empresas do Pará que abriram recadastramento, algumas não fizeram. Dessas que o senhor prestava serviço, teve alguma delas que não foi recadastrada?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Nesse momento, dessa exigência do recadastramento no Estado do Pará, já não participava, já não trabalhava para... Foi no ano passado, se não me engano, o recadastramento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor não trabalha mais com as empresas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não trabalho mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Desde o ano passado o senhor não trabalha mais.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – É, já tem 2 anos e meio que eu entreguei, devolvi as empresas. Vou dizer ao senhor porque fiz isso: a dificuldade que estava tendo para atender os clientes. Temos casos de solicitação de ATPFs ao IBAMA que a legislação diz que tem 10 dias para serem entregues. Temos casos de 60 dias. Isso me fez desistir, entregando as pastas, por não poder atendê-los.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o Sr. Mário Rubens de Sousa Rodrigues?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Conheço, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor sabe que ele tinha uma autorização de desmatamento numa área que foi pedida há cerca de 10 anos e que foi negada agora, porque ele não conseguiu provar que a área era dele?



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não tenho esse conhecimento, de que ele tinha autorização de desmatamento. Eu tinha conhecimento de que ele tinha um projeto de manejo que foi cancelado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso, é esse mesmo.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Esse eu tinha conhecimento. Agora, nunca me aprofundei, até porque é particular dele. Eu só ouvia o comentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu pergunto isso, porque o senhor diz que tem 10 dias para dar e o IBAMA demora mais do que 10 dias.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Estou dando o exemplo desse caso. Ele é que demorou e até agora ele não conseguiu provar que a área é dele. Se a pessoa não prova, em 10 dias, que a área é dele, não tem como dar autorização em 10 dias.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu não faço relação desse fato com o meu trabalho, com o meu depoimento. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu sei que não tem relação, mas para mostrar ao senhor que às vezes, não é agora, o IBAMA pode demorar mais do que 10 dias. No caso, demorou 10 anos, mas ele não está provando que a área é dele. Isso só para dar um exemplo ao senhor. O senhor disse que participou das primeiras reuniões do Safra Legal. Tinha INCRA, IBAMA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato das Indústrias Madeireiras de onde?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – De Altamira e Transamazônica.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, foi uma reunião onde havia representantes de entidades.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o senhor estava nela representando qual entidade?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu estava representando, na época, algumas empresas que eu tinha ainda procuração. Posso citar a IMAS, que eu representava — indústria madeireira do Senador José Porfírio.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas por que essa indústria não está representada no Sindicato das Indústrias Madeireiras?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não posso informar ao senhor, porque a IMAS...



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse há pouco que faz quanto tempo o senhor não trabalha mais no setor madeireiro?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – No setor madeireiro em torno de 2 anos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dois anos e meio. Essa reunião que foi feita, o senhor não representava mais o setor madeireiro. O senhor representava uma indústria.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Eu estava representando essa pessoa, essa indústria. Pediram para que eu pudesse representá-la.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Pelo que o senhor falou, nessa reunião não havia representantes de indústrias individualmente. Havia representantes de setores da indústria.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Da indústria madeireira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Da indústria madeireira. Então, não era uma pessoa por indústria.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – É, disse que estava presente nessas reuniões e representava o interesse dessa empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Desta empresa.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Desta empresa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Sindicato das Indústrias Madeireiras, que o senhor acabou de falar, de Altamira, tem alguma relação com o SINDIFLORESTA?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nenhum?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não vi na história dos dois qualquer relação de trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor está dizendo que foram contratados moradores da região das comunidades para trabalhar.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Agentes comunitários.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tem algum mal nisso? Alguma ilegalidade?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – De jeito algum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, por que isso assusta o senhor?



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA – Não me assusta. Só fui perguntado de como foi o processo. E eu estou explicando como foi o processo pelo qual participei. Volto a repetir: o Plano Safra Legal

Estou explicando como foi o processo, porque eu participei. Eu volto a repetir: o Plano Safra Legal, para atender às necessidades, era um plano ótimo, pena que foi “desvirtualizado”, não sei por que motivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Onde que ele foi desvirtualizado? Em que setor?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - A partir desse momento em que começou a surgir esse tipo de trabalho, esse adesivo para que pudesse, talvez, transportar essa madeira antes das autorizações de desmatamento. Não sei quem foi que negociou, não sei em que nível...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não tem um responsável por esse desvirtuamento? Não tem um responsável?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu acho que a ausência do Poder Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas qual é o desvirtuamento? O adesivo, nós vamos descobrir quem fez.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso nós vamos descobrir, quem fez esse adesivo, até porque não tinha razão de fazer. Então, qual é o desvirtuamento, tirando o adesivo? Porque esse nós vamos descobrir.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Se não tirasse o adesivo essa madeira não poderia ser transportada de forma alguma, com adesivo ou sem adesivo, ela tinha que ser... Eu vou explicar para o senhor como é o procedimento, se o senhor me permite, talvez o senhor desconheça esse procedimento. A autorização de desmatamento é autorizada, entregue ao agricultor, o agricultor, de posse dessa autorização, procura alguém interessado em comprar essa madeira. Esse interessado, ele, obrigatoriamente, tem que apresentar um documento ao IBAMA de como ele tem crédito de reposição florestal. Quer dizer, ele plantou alguma coisa? Se ele não plantou, ele compra de alguém que tenha essa reposição florestal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o senhor vende mudas?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Não, senhor. Eu não vendo mudas.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Porque o senhor disse que tem... Bom, qual o desvio, eu perguntei. O INCRA solicitou, o IBAMA autorizou, quer dizer, aí já está autorizado.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - A autorização se faz no momento em que... A autorização de desmatamento é assinada pelo chefe do IBAMA, e o agricultor recebe. Só que antes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso não foi feito?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Só que antes de acontecer esse final, essa madeira foi transportada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não teve assinatura?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Foi feita uma quantidade de autorização de desmatamento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, está feito.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Foi feito. Só que o volume, para a região que foi transportada, foi muito além.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É essa a questão que o senhor está dizendo. E como é que o senhor sabe que o volume foi além? Qual é a prova que o senhor tem?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - A quantidade de multas do último levantamento que o IBAMA fez na região ultrapassava esse, porque mil e poucas autorizações eram para toda a região. Isso dava aproximadamente 100 mil, 120 mil metros cúbicos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O IBAMA mandou fiscalização para lá, tanto é que foi um tal de Sr. Bicelli.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - O IBAMA mandou a fiscalização, sim. Foi, se eu não me engano, logo após a morte da Irmã Dorothy. E essa fiscalização veio de fora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tem algum problema em fiscalização de fora?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - De jeito nenhum! Absolutamente! É necessário. Estou falando, porque o senhor relacionou o Bicelli, e ele, segundo as informações que eu tenho lido, fez um relatório para ver, solicitado pelo próprio



IBAMA, Gerência de Santarém, para verificar as autorizações feitas, o levantamento das autorizações.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o Sr. Bicelli?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - O Dr. Bicelli eu conheço, porque ele era o, vamos dizer, o chefe do IBAMA, antes de 2003, se não me engano.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele tem algum filho na área que tem interesse... Ele tem algum filho que tem área de manejo na região?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu conheço os filhos dele, um é Engenheiro Florestal e outro, se não me engano, é formado em Engenharia de Pesca.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eles têm área na região?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - De quê?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Área de terra.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu conheço a área do Sr. Bicelli, uma área próxima à cidade, aproximadamente 100 hectares, onde ele tem implantado um projeto de consorciado de cabras com peixes. Projeto esse, segundo informações, financiado pelo BASA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele pediu alguma autorização de manejo?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Não tenho conhecimento de que ele pediu alguma autorização de manejo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse agora há pouco que reconhece a fita que foi gravada com o Babá.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Se foi as minhas palavras, sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor gravou isto pessoalmente ou foi por telefone? Foi uma conversa pessoal ou por telefone?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Não, senhor. Foi por telefone. Ele me ligou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Babá que ligou para o senhor?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Positivo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o Sr. Amarildo?



O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - O Amarildo eu o conheço, porque, em épocas anteriores, estive na cidade de Altamira, apesar dele não me conhecer. Mas eu o conheço, porque ele esteve lá, na região, fazendo um trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conversou com ele por telefone?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Com o Amarildo eu conversei, porque fui informado, alguém me deu o telefone dele e pediu, falou que eu poderia dar essas informações para ele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor ligou para ele?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu liguei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ligou para ele. O senhor sabe se foi gravada essa conversa do senhor com ele?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Olha eu não tenho... Eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não sabe?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu não sei se foi gravado. Mas eu, com certeza, se foi, eu não tenho nada a esconder.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Foi gravada essa conversa. Aquela conversa com ele que foi gravada, o senhor confirma ela todinha? O senhor está sob juramento.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu pediria para tomar conhecimento. Lê-la, pegá-la.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Esta fita foi lida em sessão sigilosa. Então, temos que ter... Comentar sobre ela teria que ser numa sessão também sigilosa, Dr. Rosinha, só por questões regimentais que foi me avisado agora, aqui. Não, ele falou de outra gravação. Foi a do Babá, me desculpe, não foi dessa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, encerro por aqui e vamos depois conversar.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, bom, Messias já conheço há 20 anos, em torno disso. A denúncia é exatamente na região que passa por um momento



difícil, com relação à extração dos recursos naturais, porque o Governo Lula começou a imprimir um ritmo de colocar o setor na legalidade. E atualmente o setor, inclusive, está parando exatamente por falta até de marcos regulatórios, já que as áreas em que as empresas madeireiras estão instaladas não têm documentos, portanto os planos de manejo foram todos cancelados, e nem podem ser aprovados. Como não tem outro mecanismo, houve, então, para resolver a situação dos pequenos produtores e até fornecer matéria-prima para as empresas que estavam na região, essa idéia do que se chamou de Safra Legal, que era fazer o desmate naquela área permitida dos 20%, onde ainda se tem 20%, para o fornecimento de madeira. Processo de que eu participei em alguns momentos da discussão. Mas eu queria dizer, Messias, não sei por qual interesse que você resolveu falar sobre aquela situação, fazer denúncia. Não quero aqui entrar no mérito, se é político, o que é. Para mim isso não está interessando. A verdade é que você gravou duas falas: uma com o gabinete do Deputado Babá, e eu já tive acesso, ouvi atentamente os 27 minutos de gravação. A fita está em poder do INCRA, e eu estou requisitando para fazer a minha defesa aqui na Procuradoria da Casa. Eu estou pedindo direito de resposta à *Veja*. Ela gravou com o Amarildo, ex-funcionário do IBAMA, demitido ainda na gestão do Governo do Fernando Henrique, se não me engano. Nesse atual também não me interessa neste momento saber por que...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu ainda não ouvi. Bom, a que você gravou no gabinete do Deputado Babá, você foi inclusive questionado que o Deputado foi muito incisivo e te perguntou, quando você falou que havia interesse dos madeireiros em ajudar, quando você foi perguntado se havia interesse de os madeireiros ajudarem na campanha eleitoral lá, da disputa de Prefeitura do PT, você citou: "olha, teve contribuição para Anapu, para Uruará, e citou Medicilândia, onde, inclusive, a minha esposa é a Prefeita. O Deputado Babá te perguntou: "Mas o Deputado Zé Geraldo está envolvido nisso?" Aí você disse: "Olha, eu não tenho certeza se o Deputado Zé Geraldo está envolvido; eu penso que ele sabia". Nessa outra gravação, eu tenho conhecimento de que em nenhum momento se tocou no meu nome. Acontece que, a partir dessa denúncia, a revista *Veja* fez uma matéria terrível — terrível politicamente e terrível do ponto de vista da proposta que está se trabalhando, exatamente porque, pela primeira vez, um agricultor vai derrubar 3



hectares de floresta; em vez de queimar madeira ele vai fazer o aproveitamento. Com relação a se tem irregularidade ou não tem, o próprio INCRA e o IBAMA precisam dar resposta para isso. O que eu estou precisando que você confirme nesta CPI é se você tem conhecimento ou outros fatos que podem... Porque, aqui, a matéria diz o seguinte — é essa pergunta que eu queria fazer: “*um representante do SINDIFLORESTA*”. Você é representante do SINDIFLORESTA? Você é filiado ao SINDIFLORESTA?

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu, por motivos particulares, me desvinculei do SINDIFLORESTA, do qual eu era o Vice-Presidente, e por o SINDIFLORESTA, hoje, estar com sua sede em Belém e eu, morando em Altamira. Por falta de contato, de trabalho, eu não me senti útil e pedi meu afastamento. Fiz um comunicado, documento este que não tenho aqui. Mas não pertenço hoje ao SINDIFLORESTA .

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não é mais associado. Já foi associado do SINDIFLORESTA.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Eu fui associado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está certo. Você tem alguma informação a prestar nesta CPI sobre qualquer tipo de envolvimento deste Deputado nisso que a revista *Veja* chamou de esquema nessas irregularidades, porque isso para mim... Quer dizer, eu estou iniciando a minha defesa hoje, direito de resposta. Depois, os passos posteriores eu vou estudar. Mas a matéria aqui foi uma matéria terrível e ela partiu das declarações gravadas das fitas aqui de Brasília, porque se não fossem essas gravações essa matéria não teria existido. Inclusive, Sr. Presidente, o título, começa pelo título: “O PT dá senha para o desmatamento”. O PT dá a senha. “Outro escândalo de corrupção na área ambiental. Madeireiros do Pará doaram dinheiro a petista em troca de autorização para derrubar árvores”. Este é o tema inicial da matéria com a manchete bem grande: “PT deu a senha para desmatamento”. Ou seja, totalmente ao contrário do programa, que é evitar o desmatamento, é trabalhar exatamente nos 20% que a lei permite. Então, eu estou fazendo esta pergunta, porque V.Exa., na primeira fita, na fita que eu ouvi, não tem nenhuma afirmação. V.Exa.: “não, o Deputado, não tem... Quer dizer, não tenho certeza... Não, acredito que ele sabia” V.Exa. diz bem, depois a Comissão pode ouvir a fita. Na outra fita, segundo o Deputado Rosinha, não toca em meu nome. Acontece que aqui colocou



aqui, olha o trecho: *“O esquema, segundo representante do Sindicato dos Reflorestadores do Estado do Pará, SINDIFLORESTA, era intermediado pelo Deputado Federal José Geraldo e pelo Deputado Estadual Airton Faria”.*

Ora, se você não disse isso em nenhum lugar, significa que quem escreveu a matéria aumentou. Quer dizer, ele colocou aquilo que ele quis nessa matéria. Então, essas informações são importantes para mim, até porque a gente trabalha naquela região. Você me conhece há muitos anos e nós temos um debate ambiental razoável, inclusive com os pequenos produtores, e estamos enfrentando exatamente a ilegalidade e a grilagem de terra. Inclusive essas empresas em que você trabalhou assessorando, todas elas estão na ilegalidade, ou não estão? Estão, porque não tem terras documentadas para fazer plano de manejo. Algum plano de manejo que tem lá foi falsificado. Você sabe como é que tem funcionado isso. E agora estamos buscando as alternativas. E aqui, então, foi citado Anapu. Mas isso não aconteceu, esse programa Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará e o adesivo existiu lá no Anapu, devido à associação tomar a iniciativa, inclusive de apoiar o candidato do PT, e é visível. Não só as serrarias que apoiaram, porque lá dividiu o grupo. As serrarias, inclusive, colocaram placas na frente: aqui nós somos 100% o candidato que está colocado aqui que recebeu recursos. Mas eu penso que a reportagem aqui procurou, ela, na minha avaliação, está aproveitando o momento nacional, mas ela, exatamente, diz tudo ao contrário do que o programa pretende, do que eu tenho, inclusive, defendido para aquela região. Então, se você tiver alguma coisa a acrescentar, você pode ficar tranquilo, se não quiser falar aqui, você pode falar depois sigilosamente para os membros, para as coisas ficarem bastante claras até perante esta Comissão.

O SR. MANOEL MESSIAS A. SILVA - Se eu puder responder sigilosamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois não. Então, nós vamos suspender rapidamente a nossa reunião para tomada de depoimento sigiloso.